



REVISTA MUNICIPAL

ANO XXI—NÚMERO 85 —2.º TRIMESTRE DE 1960

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00



DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telef. 2 57 11



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telef. 3 29 51

Oferta

-O. OUT. 1999



**REVISTA
MUNICIPAL**

D I R E C Ç Ã O
DR. JAIME LOPES DIAS

★

ASSISTENTE GRÁFICO
JOSÉ ESPINHO

★

D E S E N H O D E
ADOLFO JÚNIOR
BERNARDO MARQUES
JOSÉ ESPINHO
LEONILDO DIAS
ROSA DUARTE

★

CAPA DE JOSÉ ESPINHO





SUMÁRIO

DO N.º 85 ★ 2.º TRIMESTRE ★ 1960

A RECEPÇÃO AO CHEFE DO ESTADO
NOS PAÇOS DO CONCELHO

COMEMORAÇÕES HENRIQUINAS

A FREGUESIA DE SÃO JORGE DE ARROIOS
DA CIDADE DE LISBOA

PEDRO GARCIA ANACLETO

O TERRAMOTO, POMBAL E O COMÉRCIO
JOAQUIM ANTÓNIO NUNES

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

TURISMO EM PORTUGAL
E, PARTICULARMENTE, EM LISBOA

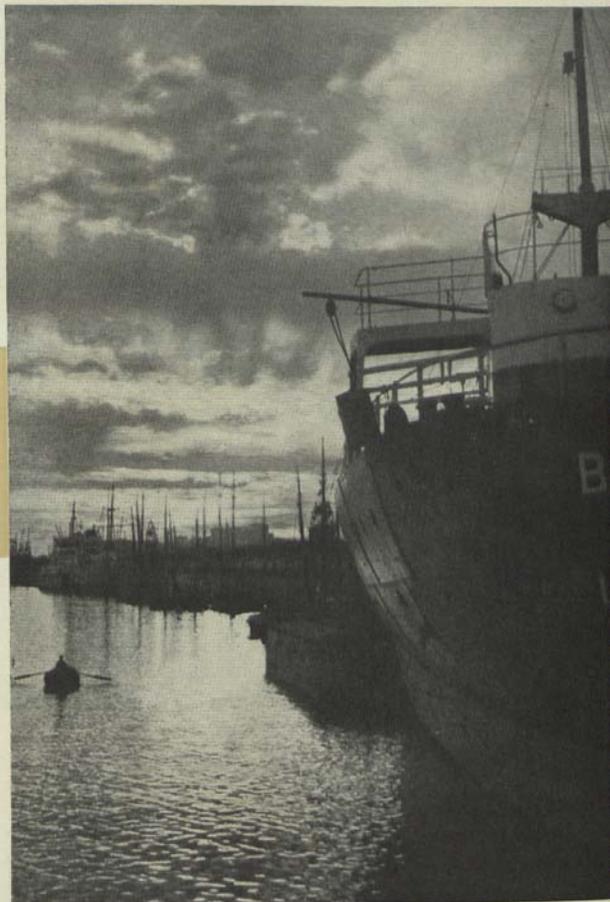
MÁRIO XAVIER DE BRITO

A FEIRA DE BENEFICÊNCIA DA ESTRELA

SECÇÃO JURÍDICA

BIBLIOGRAFIA

(HORS-TEXTE) — PAINEL DO INFANTE



DOCA DE ALCANTARA

FOTO DE CARLOS RAFAEL



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





A RECEPÇÃO AO CHEFE DO ESTADO NOS PAÇOS DO CONCELHO

○ Senhor Presidente da República visitou oficialmente a Câmara Municipal de Lisboa na noite de 23 de Abril. A recepção nos Paços do Concelho ao Chefe do Estado — porventura a mais brilhante de quantas se verificaram no Município — constituiu um acontecimento invulgar, já pela quantidade e qualidade de convidados, já pela distinção da própria cerimónia, já ainda, pelo arranjo primoroso do edifício, patente nos cuidados decorativos do átrio, escadaria, andar nobre e todas as salas. A «Domus Municipalis» transformou-se, num momento, do edifício austero de todos os dias, num palácio de mil e uma noites. Profusamente iluminadas e decoradas com as mais

lindas flores das estufas e dos viveiros municipais, emoldurando as mais belas «toilettes» dos costureiros de renome, as salas da Câmara nunca tinham sido cenário de tão sumptuoso e esplendente espectáculo.

Os convidados, em número de mil e quinhentos, foram recebidos, no topo da escadaria principal, pelo presidente, sr. brigadeiro França Borges, e sua esposa, pelo vice-presidente, sr. Aníbal David, e esposa, e pelos vereadores.

Fardas, casacas, condecorações — todo um conjunto distinto se aglomerou nos salões, animados pela presença de lindas e ilustres senhoras. Diplomatas com as jaquetas recamadas de ouro, prelados eminentes, como o Núncio Apostólico e o arcebispo de Mitilene, e quase totalidade dos membros do Governo, os nomes mais ilustres da vida pública, da cátedra, da Arte e das Letras, assim como outras personalidades em evidência, assistiram à recepção em honra do Senhor Presidente da República.

O sr. almirante Américo Tomás foi recebido à porta do edifício pelo presidente da Câmara e por uma deputação de vereadores. Ao chegar aos primeiros degraus, uma orquestra executou o hino nacional. Assim se assinalou a presença no Município do primeiro magistrado da Nação. Depois, formou-se um pequeno e luzido cortejo, que abria com um arauto empunhando um bastão, contínuos de grande gala e o almoxarife. O Chefe do Estado seguiu com a esposa do presidente do Município e o sr. brigadeiro França Borges com a senhora de Américo Tomás. Por fim, iam o vice-presidente e vereadores. O cortejo dirigiu-se para o gabinete do presidente do Município, onde já se encontravam os membros do Governo, Núncio Apostólico, arcebispo de Mitilene e deão da Sé Patriarcal. Ali, o Senhor Presidente da República assinou o Livro de Ouro da Cidade.

O sr. brigadeiro França Borges ofereceu, então, ao Chefe do Estado, o livro «Oito Séculos da História de Lisboa». A esposa recebeu, como lembrança da visita, um pequeno e artístico guarda-jóias de prata dourada forrado a tartaruga, incrustado num belo estojo de veludo azul, que lhe foi entregue pela sr.^a D. Manuela França Borges.

O sr. almirante Américo Tomás percorreu depois os salões, e foi apresentado aos convidados. Cerca da meia noite começou a ser servida a ceia. O Chefe do Estado retirou-se à uma hora da madrugada acompanhado até à porta principal pelo presidente do Município e pelos vereadores.

O sr. almirante Américo Tomás não escondeu a impressão colhida na brilhantíssima recepção, expressando nos termos mais encomiásticos o seu agradecimento ao presidente da edilidade. Também a esposa do Chefe do Estado, que vestia uma linda «toilette» de renda bordada a «palleté», se manifestou em termos idênticos.

Logo a seguir deixou o edifício o sr. ministro da Presidência. Dirigindo-se ao sr. brigadeiro França Borges, o sr. dr. Pedro Teotónio Pereira, declarou: «Como cidadão de Lisboa sinto-me deslumbrado e agradecido».

O baile começou então, deslumbrante de luzes e cores e realçado pela elegância das senhoras.

A orquestra de Shegundo Galarza iniciou uma série infundável de tangos, valsas, e «slows». Até de madrugada não diminuiu a animação.

Eram cerca das cinco horas quando a linda festa terminou.

O SR. PRESIDENTE
DA REPUBLICA RODEADO
PELO SR. PRESIDENTE DA
C. M. L., MINISTROS
DA PRESIDENCIA E NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS, COMODORO
ARMANDO REBOREDO, ETC.



UM ASPECTO DOS
CUMPRIMENTOS
AO CHEFE DO ESTADO

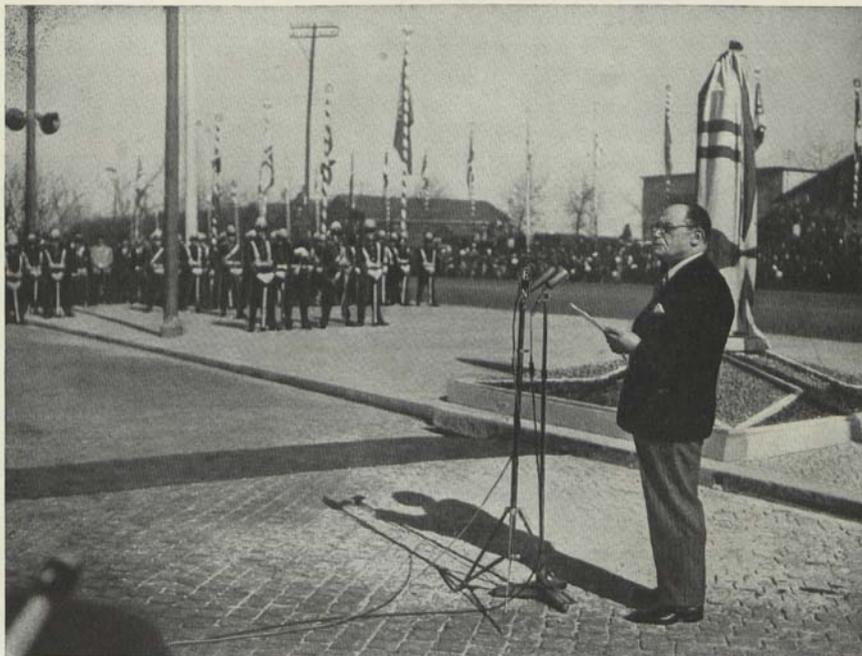




O SR. PRESIDENTE DA
REPUBLICA, ASSINANDO
O LIVRO DE HONRA



O CHEFE DO ESTADO A SAIDA
DOS PAÇOS DO CONCELHO



COMEMORAÇÕES HENRIQUINAS

ACTOS SOLENES A CARGO DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Por decreto-lei do Governo, a Nação, de 4 de Março a 13 de Novembro, datas correspondentes às do nascimento e falecimento do propulsor dos Descobrimentos, comemoraria o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, decorrente neste ano de 1960. Deveriam as solenidades abranger todos os territórios portugueses do Continente e do Ultramar; para tanto, foi nomeada uma comissão executiva nacional, sob a presidência do prof. Caeiro da Mata, encarregada de estabelecer o programa geral e de proceder à escolha de comissões locais, para com aquela trabalharem em entendimento, de maneira a que se estabelecessem directrizes genéricas e, simultaneamente, cada núcleo pudesse honrar a memória do Infante dentro das possibilidades mais apropriadas. 9

À Cidade de Lisboa, como capital e como centro histórico dominante da obra do filho de D. João II — do Tejo partiram as naus e as armadas com os descobridores e com os homens da Epopeia — foi atribuído papel especial nas comemorações henriquinas. Esse o motivo de se designar a Câmara Municipal para função importante na organização das cerimónias e de se haver escolhido uma comissão de Lisboa para as comemorações, com a participação de vários organismos cidadãos. A edilidade lisboeta chamou a si, sob a orientação do sr. Aníbal David, vice-presidente da Câmara, a promoção de algumas das mais luzidas ou mais significativas solenidades do ciclo henriquino — no aspecto cultural, no histórico e no popular.

E assim foi que pelos Paços do Concelho passaram algumas das figuras de maior projecção mental do país, para dissertar, em série de conferências assinaladas pelo alto nível dos assuntos versados, sobre alguns aspectos da vida e obra do Infante.

Anotados pela dignidade e imponência, os actos iniciais do período festivo, promovidos pela comissão executiva nacional — o «Te-Deum» nos Jerónimos e a sessão solene na Assembleia Nacional, com presença do Chefe do Estado, dos ministros e Corpo Diplomático — é de registar a cerimónia inaugural da réplica do padrão dos Descobrimentos, a qual assinalou o começo das solenidades públicas a cargo da Câmara Municipal.

O monumento foi erigido à vista do Tejo, na Avenida Infante D. Henrique, próximo do Museu de Artilharia. Na tarde da inauguração, o local encheu-se de gente, com a juventude em presença dominante.

Milhares de pessoas assistiram, vivamente interessadas, à chegada dos pelotões constituídos por rapazes garbosos das escolas e colégios militares, que formaram a guarda de honra do padrão, cópia do conhecido pela designação de Santo Agostinho, que Diogo Cão implantou na foz do Zaire. Mastros pelas imediações e também desde o local até à Praça do Município, em vistosa decoração, ostentando, alternadamente, a nau de São Vicente, símbolo da Cidade e a cruz de Cristo.

10 A cerimónia marcou o primeiro acto oficial das Comemorações Henriquinas na Cidade de Lisboa. Para assinalar a solenidade, o sr. brigadeiro França Borges pronunciou um discurso. Começou por focar a intervenção do Município nas comemorações, que se iniciavam com o descerramento daquele padrão, o qual era pretexto para se evocarem todos os outros padrões erguidos na foz dos rios e no topo dos promontórios à medida que foram surgindo da neblina do desconhecido; os nomes portugueses com que se foram baptizando as terras novas; os nomes estranhos com que se enriqueceu a língua pátria; o esforço e a contribuição de todos quanto se dedicaram à arte de marear, ao desenvolvimento da matemática, ao conhecimento e aperfeiçoamento da geografia, da astronomia, da cartografia, da meteorologia, à investigação e dedução em todos os ramos do saber e que podiam contribuir para a construção e condução das naus, para a definição das rotas, para o estudo dos ventos e das correntes do mar; os homens dos mais variados países e religiões que com o seu saber e experiência contribuíram para o aperfeiçoamento

da cultura portuguesa; os que souberam dirigir navios e conduzir homens, por vezes mais difíceis de comandar que os próprios barcos; os grandes capitães na arte da guerra, quer em terra, quer no mar; os que foram simultaneamente administradores e diplomatas, guerreiros e palacianos, amigos e juizes, e embaixadores da cultura lusitana; os de alma inquebrantável que afrontaram as lendas tenebrosas dos monstros dos mares e do fim do mundo; os que afrontaram o «grã negrume»; os homens de todas as condições e temperamentos que trocaram a família, os bens materiais e a vida cómoda, pela glória de oferecer novos mundos ao mundo; os que morreram navegando ou batalhando e foram lançados ao mar; aqueles que as tempestades arrojaram às praias desertas, entre destroços, que foram depois sepultados nos areais ignotos, com a benção de uma tosca cruz de madeira; os calafates; os nomes com que se perpetuaram as naus e as caravelas; os que trouxeram para a Pátria os testemunhos das plantas, das frutas e da vida existente nas mais variadas latitudes; os que semearam por todos os recantos os costumes lusitana, a religião cristã e as palavras da sua língua materna para perdurarem, ecoando nos desfiladeiros dos séculos vindouros; os que ensinaram às estranhas gentes o significado de coragem, abnegação, generosidade, compreensão, lealdade, espírito de sacrifício e noção do dever; os que bem cumpriram quando entregues a si próprios, e detentores do poder, distribuíram sã justiça, administraram com consciência e alguma vez sentiram o gosto amargo da injustiça; «de mal com os homens por amor de El-Rei; de mal com o Rei, por amor dos homens»; os que permaneceram na Pátria e sofreram; os órfãos e as viúvas daqueles que não puderam tornar a ver a silhueta cinzenta da serra de Sintra, primeiro grito de boas-vindas atirado aos que já sentem o cheiro da terra, anunciada pelo voo planado das gaiivotas; e os nomes imortais e os nomes perdidos e confundidos no anonimato da grande massa da Nação; os que ordenaram e os que cumpriram.

O sr. brigadeiro França Borges concluiu afirmando que a Câmara Municipal, com aquele acto tão simples, queria afirmar que Portugal coloca o Infante no primeiro plano dos místicos construtores da grandeza da Nação.

Foi o sr. coronel Arnaldo Schulz quem descerrou o padrão, fazendo cair a bandeira que o tapava. Nesse momento, a banda da Marinha, colocada a meio da Avenida Infante D. Henrique, executou o hino nacional, enquanto as delegações dos estabelecimentos de ensino militar apresentavam armas. No granito do monumento está inscrito o verso de Camões: «E se mais mundo houvera, lá chegara».

Na cruz de Cristo, formada no sopé por plantas, foram então colocadas cinco placas de flores, com as insígnias dos estabelecimentos e organizações ofertantes: Mocidade Portuguesa, Escola Naval, Academia Militar, Colégio Militar e Púlpulos do Exército. Dois alunos de cada instituição foram os portadores, excepto no caso do Colégio Militar, em que um cadete brasileiro acompanhou um colega da Luz.

A cerimónia terminou com um desfile de «castelos» da Mocidade Portuguesa, ao som de tambores e de toques de clarins.

SANTO ANTÓNIO DE LISBOA — PROCISSÃO PELO TEJO E PELAS RUAS DE LISBOA

A Municipalidade, atenta às obrigações assumidas no período henriquino, brindou a Cidade com uma cerimónia incluída no ciclo das festividades — cerimónia inédita, cuja organização modelar valorizou de maneira surpreendente o espectáculo, presenciado por centenas de milhares de pessoas. A referência foca objectivamente a procissão de Santo António, no Tejo e nas ruas de Lisboa. Procissão de luz e de encanto, na noite dedicada ao taumaturgo nado e criado na velha urbe.



Aristocrata, filho de algo, senhor de títulos nobiliárquicos, e depois frade de S. Francisco, pobre como Job, tão puro que os peixes vinham ouvi-lo à tona de água, Santo António de Lisboa entronizou-se no coração do povo. Ainda hoje — e será assim pelos séculos em fora — o seu nome é uma chama que atea incêndios nos corações, sobretudo no seu dia e na sua noite, no cálido Junho perfumado.

Lisboa, velhinha, carregada de séculos e de história, cada ano rejuvenesce no findar de Primavera, vem para a rua queimar rosmaninho e oferecer cravos, cantar e rezar, que de ambos os modos — foi o Santo que o insinuou — se pode agradar a Deus.

E a figura do meigo fradinho, a dominar os humildes altares das crianças dos bairros, ou desenhada nos balões dos arquinhos agitados pelas moçoilas, desperta nos corações de todos um fogo suave e inebriante. Nos olhos dos velhos ardem lampejos de saudade e um frémito incontido de renascimento. Nos novos despontam miríades de esperanças, uma vontade contagiante de viver o amor pelas coisas puras e simples do Mundo.

Cada ano o milagre se repete. Todos os Junhos, o Santo fala ao coração do seu povo que tão bem o sabe ouvir e amar. . .

Mas nunca como neste ano e naquele dia, o Santo apareceu a Lisboa deslumbrada, passeando sobre as águas do Tejo, rejubilantes de cores e de reflexos.

Do lado de lá, no alto de Almada, o Cristo iluminado, com os grandes braços abertos, chamava os lisboetas e abençoava o seu Santo.

E os lisboetas acorreram às centenas de milhares, postaram-se nos miradouros das sete colinas, ficaram às janelas debruadas de craveiros, vieram para os largos e esqueceram as fogueiras, desceram aos cais e inundaram as ruas, encheram todos os lugares donde se podia vislumbrar a imagem do Santo milagreiro. . . Ele, saudoso do Tejo e daquela imagem de Lisboa, colhida de meio do rio, sorria de inefável felicidade, sob o beneplácito do Cristo que continuava a abençoá-lo e à sua cidade, do alto de Almada.

12 Santo António não morre no coração dos lisboetas. E, «enquanto houver Santo António — é o povo que o canta e a voz do povo é a voz de Deus — Lisboa não morre mais. . . ».



Cerimonial no embarque, em Belém, já com as primeiras sombras da noite. Salva de vinte e um morteiros, a assinalar a chegada da Imagem ao Tejo. Curioso o aspecto dos barcos do desfile, com lumes de proa à popa. Pelas muralhas das redondezas crescia a gente, sempre mais e mais, consoante a noite avançava.

Entretanto, os bombeiros procediam à colocação do andor no «Rio Jamor», exteriormente decorado com panejamentos «grenat». Um trono para o Santo, encimado por baldaquino. E círios, muitos círios de grandes dimensões, por toda a coberta. O barco parecia um altar, um sumptuoso altar, pleno de luzes e formoso. Rosas, mais cravos e mais gladiolos, tudo vermelho, como a tradição manda que sejam as flores de Santo António. A Imagem ficou colocada à ré, sobrepujando os motivos ornamentais. Para além, na direcção de Belém, estendia-se a fila de embarcações, todas profusamente iluminadas — talvez quarenta, para mais e não para menos.

O tempo adiantava-se, a noite caía sobre a cidade e sobre o Tejo. Mas no rio, plétórico de luzes, os contornos dos barcos, as decorações, as flores — tudo ressaltava na plenitude da beleza que ofereciam os preparativos do cortejo fluvial.



Os holofotes, postados no Castelo de São Jorge e na própria praça, jorravam cata-dupas de luz. Imensas fogueiras ardiam no Terreiro do Paço. Em redor, a multidão alvoroçava-se perante o ineditismo do espectáculo. De longe, a sala de visitas de Lisboa parecia, toda ela, uma mar de fogo, a que as labaredas e o fumo das piras davam cunho de realidade. Ao pé, era, se não um mar de fogo, um mar de luz, que se estendia e confundia com o estuário do Tejo, onde resplandeciam milhares de lâmpadas e archotes, que se continuavam para além, na Outra Banda, com a margem do rio franjada de lumes.

E quando, na altura do desembarque da Imagem, miríades de coloridos pontos luminosos subiram do Tejo e se derramaram na noite—o quadro tornou-se magnificante.

Tudo, no Terreiro do Paço, foi impecável de organização. Tudo estava a postos para receber condignamente o grande taumaturgo.

No lado oriental da praça, calmamente, disciplinadamente, iam formando os elementos que se incorporariam na procissão.

Fez-se o desembarque.

No palanque, em guarda de honra a Santo António, estavam franciscanos e sapadores bombeiros.

E a procissão, lindíssima, em que se incorporaram o presidente do Município, brigadeiro França Borges, o vice-presidente, Aníbal David, e toda a vereação, rodeou o Terreiro do Paço. Lá ia a bandeira da Cidade.

Desde o Terreiro do Paço ao Largo de Santo António — Largo do Município, ruas do Comércio, Augusta, da Conceição e de Santo António — dezenas de milhares de pessoas viram, em impressionante e respeitoso silêncio passar a procissão. Imponente, escalonado impecavelmente, o cortejo surpreendeu a multidão. E a Imagem de Santo António, linda em si própria e adornada de pratas refulgentes e de flores, impunha-se à admiração e à fé de todos. Os clarins das fanfarras, alternando com o cadenciado rufar dos tambores, a marcha lenta, certa, firme, dos soldados de Caçadores 5 e dos marinheiros da «Sagres», a dignidade das representações religiosas — tudo concorreu para que o desfile fosse a manifestação de fé e o espectáculo popular que se previa.

Manifestação de fé e espectáculo, também, de raro sentido humano, ofereceu a multidão, que se apinhava no Largo do Município, onde, pleno de luz e com os panejamentos de damasco — armas da Cidade bordadas a ouro, caindo das varandas — os Paços do Concelho davam guarida a numerosos convidados.

E foi assim por todo o caminho até ao Largo de Santo António, cheio de gente, onde a Imagem recolheu à sua igreja — à sua casa.

CORRIDA DE OFÍCIOS

Em Junho, numa tarde de domingo, repetiu-se, na Avenida da Igreja, a organização duma prova já tradicional em Lisboa — as Corridas de Ofícios — promovida pela comissão municipal dos festejos anuais. A multidão acorreu ao Bairro de Alvalade para assistir às competições que decorreram com entusiasmo transbordante. Disputaram-se corridas de vendedores de jornais, boletineiros, peixeiras, cantoneiros de limpeza, galinheiras, padeiros e floristas. Em todas se registaram episódios pitorescos e animação — e todas o público sublinhou com palmas e brados de incitamento.





GRAVURAS DE ARMES
& MORENO, LTD.

PAINEL DO INFANTE



A FREGUESIA DE SÃO JORGE DE ARROIOS DA CIDADE DE LISBOA

«Qual será melhor, calar ou falar de
Deus, coisas pias e proveitosas?»
Luz e Calor—MANUEL BERNARDES.
MDCXLIV—MDCXX

Quão gratas são as recordações que se apresentam ao nosso espírito quando evocamos o passado.

Recordar é viajar — assim o afirmou certo escritor. Viajemos, portanto, e não nos arrependamos de pôr em evidência, valiosos exemplos de fé, tenacidade e patriotismo.

A nossa freguesia bem poderá ser considerada um pequeno mundo. As suas ruas, seus largos, seus jardins e edifícios, lembram, a cada passo, os tempos da infância em que se passeava despreocupadamente, brincando com o arquinho... ou então, quando mais tarde, com um ar já grave, se meditava no alto sentido das responsabilidades da vida.

Tanta saudade nos desperta a contemplação de tudo que, na nossa vida, representa espiritualidade e tradição.

A igreja paroquial e as venerandas figuras que nos moldaram o carácter e incutiram a luz da fé, falam indelêvelmente à nossa consciência, como que a segredar-lhe: segue, firme, a tua rota! Como recebestes as lições que te ministrámos?

Como tal, é lógico que, ao escrevermos estas modestas notas, primeiro que a inteligência, deve falar o coração. Nascido e criado neste sítio, o autor destas linhas, em boa verdade, entende que é seu dever, apresentar a maravilhosa história do seu pequeno mundo, ao serviço do qual, tem procurado dar todo o seu esforço e o seu melhor entusiasmo.

O NOME DA FREGUESIA

Antes da conquista cristã, as águas do Tejo constituíam vasto esteiro, no local que é hoje a Baixa de Lisboa.

Ao Largo Martim Moniz vinham dar as águas das chuvas, provenientes dos vales de Arroios e do Benfornoso.

No Tejo desaguavam os riachos que corriam dos lados de Arroios e seguiam, possivelmente, os traçados do Regueirão dos Anjos e da Rua do Benfornoso. O rio era ladeado por terrenos pantanosos ou alagadiços, e muito assoreado se encontrava já, pelas areias e cascalhos arrastados pelas águas.

As linhas de maior profundidade dos vales — córregos — vinham, assim, desembocar no Tejo, construindo-se, com o tempo, os esgotos e, até, as ruas, que acompanhavam sensivelmente as referidas linhas.

Podemos, mesmo, admitir, que toda a área da Mouraria era zona alagadiça, não tanto pelas águas do Tejo, mas especialmente pelas enxurradas que desciam as encostas de Sant'Ana, Castelo e Arroios.

Depreende-se, deste modo, que o sítio de Arroios tira o seu nome da série de ribeiros que outrora ali serpenteavam, alimentando hortas, prados, quintas e terrenos cultiváveis, de vasta extensão.

Apesar disso, outra versão existente, diz que tal designação provém de «arroyos», uma planta medicinal, cuja descrição se encontra no livro intitulado «Luz da medicina».

Afirma Vilhena Barbosa que este sítio, no século XVI — época em que nele foi erigido o célebre Cruzeiro — era um arrabalde de Lisboa e tirava o seu nome, segundo se presume, de umas ervas que ali cresciam, em abundância, então chamadas «arroyos».

Embora não se tivesse chegado a uma conclusão definitiva, tais opiniões não são de excluir.

O CULTO DE SÃO JORGE EM PORTUGAL

São Jorge foi sempre uma das figuras mais veneradas do povo português.

O seu culto alastrou-se rapidamente pela Itália, no século VI, chegou à Gália e, dois séculos mais tarde, fixou-se na Inglaterra que tomou São Jorge por patrono. Deste último país, os cruzados ingleses trouxeram a devoção a São Jorge, para Portugal, quando das conquistas, tendo os cruzados domiciliados na Capital, instituído na antiga Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, uma Irmandade em honra daquele Santo, que se conservou ali, até ser transferida, em 1241, para a Igreja do Convento de São Domingos.

A Irmandade permaneceu aqui, por largo tempo, durante o qual, os reis que sucederam a D. Afonso Henriques, sancionaram, sempre com agrado, todas as manifestações religiosas em honra de São Jorge.

No reinado de D. Afonso IV, invocava-se o nome de São Jorge, nas lutas contra os infiéis.

D. Nuno Álvares Pereira, após a batalha de Aljubarrota, mandou erigir no campo da luta, uma pequena capela, sob a invocação daquele santo e, em Lisboa, o Senado da Câmara determinou que se organizasse, entre outras, uma procissão em louvor do glorioso Mártir, cujo nome foi dado ao secular castelo de Lisboa.

D. João I ordenou que a imagem de São Jorge figurasse, a cavalo, na procissão do «Corpo de Deus», facto esse, que começou a realizar-se, ainda nesse ano.

Por se tratar de um santo guerreiro, D. João I determinou que fosse atribuída a São Jorge, a missão de patrono dos que trabalhavam com ferro e fogo, a saber: barbeiros de barbear e de guarnecer espadas, fundidores de cobre, ferreiros, douradores, espingardeiros etc.

O Rei D. João II, ao fundar o Hospital Real de Todos-os-Santos, mandou colocar a imagem de São Jorge na capela, e ali se conservou até Novembro de 1755, data em que foi destruída pelo terramoto. A que a substituiu, teve o seu altar na Igreja do Convento de São Bento, donde passou em 1763, para a capela do referido hospital, tendo sido transferida, em 28 de Maio de 1823, para a igreja paroquial de Santa Cruz do Castelo.

No dia da procissão do «Corpo de Deus», a imagem de São Jorge, ocupando sempre um lugar de relevo, comparecia, seguida dos representantes dos officios, os quais se apresentavam com as suas insígnias e as suas melhores vestes.

No reinado de D. João V, a procissão do «Corpo de Deus», realizada em 8 de Junho de 1719, revestiu-se do maior esplendor, mas, depois, a sua grandeza foi diminuindo, tendo sido reduzido o longo percurso da procissão, até que, em 1910, com a implantação do regime republicano, acabou o pouco que restava em honra de São Jorge, passando a procissão a fazer-se, apenas, dentro dos templos.

A ORIGEM DA FREGUESIA

A paróquia eclesiástica de São Jorge é antiquíssima. Já existia em 1169. Julga-se que foi criada nesse ano, pelo Bispo D. Álvaro, sucessor do primeiro Bispo de Lisboa, D. Gilberto, depois da conquista da Cidade de Lisboa aos mouros. A paróquia aparece citada numa escritura de 25 de Maio de 1168 e, depois, no sínodo diocesano de Lisboa, de 1191. Um documento que existia em 1668, no Cartório do Convento de S. Vicente de Fora e referente ao sínodo de 1191, realizado pelo Bispo D. Sociro Anes, na Sé Catedral de Lisboa, e de que nos dá notícia um dos cronistas daquele convento, menciona, como existentes, em Lisboa, no referido ano, seis igrejas colegiadas, sedes de freguesias, entre as quais, São Jorge, intra-muros da cerca moura (1).

Admite-se, mesmo, que o Bispo D. Gilberto tivesse elevado em 1 de Janeiro de 1149, a Igreja de São Jorge, à Sé, à categoria de sede de paróquia (2).

Em confirmação do que acima fica dito, o Padre Carvalho da Costa diz na sua «Corografia Portuguesa», que a Igreja Paroquial de São Jorge é a segunda depois da Sé e, mais tarde, o Padre António Maurício do Couto, que foi cura da freguesia de S. Jorge, durante alguns anos, a partir de 1755, baseado em opinião fidedigna, afirma, no Livro das obrigações, normas de partilhas, usos e costumes, etc., existente no arquivo da igreja paroquial, que a Igreja de São Jorge é a segunda depois da Sé e das paróquias mais antigas, fundada pelo primeiro Bispo de Lisboa, D. Gilberto.

Esta paróquia teve origem próximo da Sé de Lisboa, entre as actuais ruas do Limocero e do Barão, em frente do antigo Aljube.

Tão considerada era pelo cabido da Sé Patriarcal que, sempre que havia obras na Sé ou ruínas, os Cónegos iam ao vizinho templo de São Jorge, rezar o officio divino.

O terramoto de 1755 quase o destruiu por completo. Por isso, a paróquia foi transferida para a Ermida, hoje demolida, de Santa Bárbara, no sítio das Fontainhas de Arroios.

Várias associações religiosas se instituíram até à altura do grande terramoto. A mais antiga foi a Confraria de São Jorge, que já existia, pelo menos, em 1551.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi fundada em 19 de Novembro de 1568. Por ocasião do terramoto de 1755, foi extinta a referida Irmandade, sendo restabelecida em 1770, altura em que se procedeu à reforma dos estatutos.

A Irmandade das Almas já existia antes de Novembro de 1755, ignorando-se, no entanto, a data da fundação.

A Irmandade dos Homens Cegos do Menino Jesus foi instituída em 7 de Janeiro de 1749, havendo notícias da sua existência, ainda no ano de 1820.

(1) *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho*—2.ª parte—pág. 145.
(2) *História Eclesiástica*—D. Rodrigo da Cunha.

Estes homens cegos tinham o exclusivo da venda de livros velhos e papéis avulsos impressos, concessão especial do Rei D. João V.

O negócio era exercido em locais vários da cidade. Os confrades percorriam as ruas com seu moço ou cão, rezando alto pelas portas (motivo porque se denominavam cegos rezadores), pedindo esmolas e apregoando em cantilena, as notícias mais sensacionais, ou armavam tenda onde melhor lhes parecesse, dependurando em cordéis essa literatura barata, de que resultou, certamente, a expressão hoje ainda conhecida, de literatura de cordel, aplicada a livros de pouco preço.

Muito depois do terramoto, em 4 de Fevereiro de 1780, foi fundada a Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas, na Ermida de Santa Rosa de Lima, que já existia anteriormente, sob a designação de Irmandade do Senhor Jesus da Pobreza e Almas.

Extinguiu-se em 1806 e foi novamente erecta em 1820, terminando pouco tempo depois.

Em 24 de Junho de 1757, estava a paróquia instalada na Ermida de Santa Bárbara, do palácio de Inácio Lopes de Moura, que ficava no Largo de Santa Bárbara, segundo consta de um termo de baptismo onde se lê: «...nesta capela de Santa Bárbara, que interinamente serve de paroquial igreja de São Jorge...».

Como a ermida era muito pequena, mudou-se a paróquia para a capela do Senhor Jesus da Boa Sorte e Santa Via Sacra, no Largo das Olarias, freguesia de Nossa Senhora dos Anjos.

De um termo de baptismo, de 13 de Fevereiro de 1770, consta: «nesta paroquial igreja de São Jorge, novamente estabelecida na rua larga das Olarias...».

Mais tarde, o governo da Nação ordenou que a paróquia de São Jorge, em tempo instalada no sítio das Fontainhas de Arroios (actual Largo de Santa Bárbara), ficasse dentro do seu distrito, e nesse sentido, transferiu-se para a Ermida de Santa Rosa de Lima, da Casa dos Condes de Murça, defronte do antigo Caracol da Penha de França, na Rua de Arroios, onde existiu uma fábrica de lanifícios, recentemente demolida.

Da Ermida de Santa Rosa de Lima, foi transferida a paróquia para a actual igreja, em 8 de Novembro de 1829, dia em que foi conduzido o Santíssimo Sacramento em solene procissão, da referida ermida para a nova igreja, cuja construção se havia iniciado em 1820.

Na véspera da sua sagração solene, foi visitada pelo Eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Fr. Patrício da Silva, cantando-se então, um solene «Te Deum», a que assistiu o Rei D. Miguel, recebido no meio das aclamações populares.

Ao anoitecer, vinte e quatro barris de alcatrão iluminavam todo o recinto, desde a ermida até à nova igreja. O edifício desta, de aspecto modesto, tinha à frente da porta principal, um adro gradeado e arredondado nos cantos, o qual ocupava toda a frontaria. As esquinas do templo foram garantidas de pilastras jónicas.

Nas traseiras da igreja, em terreno junto à torre, estava o cemitério paroquial e nele se fizeram os enterramentos durante os primeiros anos, até 1834, tendo sido, mais tarde, construído nesse local, o edifício da residência paroquial que foi confiscado em 1910, por ocasião da mudança de regime.

O CRUZEIRO DE ARROIOS

Este Cruzeiro foi erigido no reinado de D. João III, pelo Senado da Câmara de Lisboa, para comemorar a beatificação da Rainha Isabel de Portugal, pelo Papa Leão X, a instâncias de D. Manuel, nos últimos anos do seu reinado. É um padrão manuelino de pedra lioz.

A beatificação da Rainha foi muito festejada em Portugal, com solenidades religiosas e festejos populares.

Diz a tradição que D. Dinis, ao dirigir-se para o local da luta, mandou descansar as suas tropas no sítio de Arroios, onde teria aguardado, talvez, o arrependimento do filho rebelde.

A Rainha mandara colocar um padrão no próprio sítio onde se encontraram os dois exércitos e ainda hoje existente, junto ao Bairro Social do Arco do Cego, assinalado por uma coluna.

Passados anos, o Senado da Câmara de Lisboa, em homenagem à virtuosa Rainha, e em testemunho do aplauso decidido da cidade à bula pontifícia que a elevou ao altar, mandou gravar uma inscrição comemorativa do acto grandioso da paz por ela ajustada entre o esposo e o filho.

O Rei D. João III, desejando perpetuar este histórico acontecimento, fez erigir um Cruzeiro no Largo de Arroios, do qual fazia parte uma cruz sobre uma penha de cinco pontas, com a legenda: «In Hoc Signo Vinces».

No pé da cruz foram colocadas as armas da Cidade: a nau com dois corvos, um na popa, outro na proa, em memória da que em 1173, conduziu o corpo de São Vicente.

A imagem que se observa neste monumento, tendo na mão esquerda as referidas armas, é a de São Vicente. É idêntica à gravada em duas moedas de ouro que D. João III mandou cunhar, por Lei de 10 de Junho de 1555, uma com o nome de São Vicente, do valor de 1\$000, e outra com o de Meio São Vicente, do valor de 500 réis.

20 D. João III ordenou que sempre ardesse uma lâmpada defronte do monumento. Sobre o capitel onde se ergue a cruz, acha-se encostada a esta, a imagem de Nossa Senhora da Piedade, com o Senhor Morto no regaço. Logo abaixo do capitel, vê-se a imagem de São Vicente.

As imagens foram executadas no Porto, por um escultor afamado, cujo nome se ignora.

O padrão fora colocado, primitivamente, sobre um tabuleiro, lageado e quadrangular, descendo dele para o pavimento do Largo de Arroios, quatro escadarias de cinco degraus. Era resguardado por um pavilhão envidraçado, cujo telhado piramidal descansava em pilares de cantaria.

Resistiu ao terramoto de 1755. Em Setembro de 1837, o Município de Lisboa, resolveu retirar do seu lugar este curioso monumento seiscentista, mas ficou sem efeito a tentativa feita nesse sentido, em face da indignação do povo da freguesia.

No mês seguinte, alguns operários dirigidos pelo vereador José Street de Arriaga e Cunha, foram ali, de noite, conseguindo, então, o seu intento, pelo que o Cruzeiro foi transportado provisoriamente para a Capela da Senhora da Piedade, na igreja paroquial de São Jorge de Arroios.

Mais tarde, em 6 de Fevereiro de 1848, por diligência do Prior da freguesia, José António Correia Garcia, e de outras pessoas, foi colocado o Cruzeiro sobre um altar erecto na referida capela.

Por ocasião da festa anual em honra de São Jorge, este altar era ornamentado com lumes e flores, celebrando-se, então, Missa Solene em honra de Nossa Senhora da Piedade.

Quando se fizeram obras na igreja (1895-1897), pensou-se em levar o Cruzeiro para um museu; porém, o Pároco da freguesia, Dr. Alfredo César Brandão, prometeu mandá-lo colocar em local visível.

O Cruzeiro ficou, então, em frente do guarda-vento da igreja, até que, em Março de 1957, foi removido para o lado direito, junto à entrada principal da igreja, para melhor aproveitamento do interior desta.

O LARGO DE ARROIOS E A SUA SOPA

O Largo de Arroios, anteriormente designado por Largo do Cruzeiro ou do Cruzeiro de Arroios, também se tornou célebre no começo do século XIX, pelas cenas populares de que foi teatro, por ocasião da terceira invasão francesa, em 1810. Encheu-se a capital, de gente fugida das diferentes terras do Reino, ao aproximar-se o exército de Massena.

Cinquenta mil pessoas, aproximadamente, entraram, por essa ocasião em Lisboa, sem contar as que ficaram nas vilas e aldeias suburbanas.

Era necessário acudir a estes infelizes. Os governadores do Reino, o Senado da Câmara e diversos cidadãos beneméritos, organizaram várias obras sociais, entre as quais, a distribuição diária de sopas económicas, que se serviam em vários locais, onde se estabeleciam acampamentos improvisados.

O Largo de Arroios, pela sua área e também porque ficava perto de uma das entradas da cidade, foi igualmente escolhido por muitos infelizes que se estendiam a descansar em redor das poucas bagagens de que dispunham. Aí se fazia a distribuição da sopa, o que inspirou a Domingos António Sequeira, contemporâneo destes acontecimentos e morador no Largo de Arroios, o seu conhecido e excelente desenho, «sopa de Arroios», de que, depois, Gregório Fernandes de Queiroz, discípulo do célebre Bartolozzi, fez uma boa gravura, tendo os contornos das figuras, sido abertos pelo próprio Domingos Sequeira.

A VILAFRANCADA

Depois da revolução conhecida por Vilafrancada, dispostas todas as coisas para a recepção de D. João VI, formaram-se alas de tropas, desde Arroios até à Sé, e entre as aclamações do seu povo, El-Rei entrou em Lisboa. Duas intermináveis alas de «restauradores», adornados com ramos de oliveira, precediam o carro que conduzia o Rei e suas Augustas Filhas, vestidas ao uso militar.

Ao chegar ao Largo de Arroios, o cortejo parou e foi tal o entusiasmo que, a despeito da vontade real, alguns vassallos fiéis tiraram do carro do rei, os tiros das mueres e quizeram gozar a honra de o puxar à mão. Um dos que puxaram o carro, teria sido D. Gastão da Câmara, que foi feito depois, Conde da Taipa.

O CAMINHO DE FERRO LARMANJAT

O «Larmanjat» era um caminho de ferro monocarril, dotado de um carril central e duas passadeiras laterais, de pedra, e inventado pelo francês, J. Larmanjat, tendo sido introduzido em Portugal pelo Duque de Saldanha, que assistira em França, às primeiras experiências desse sistema de viação a vapor. O material circulante possuía, assim, três grupos de rodas, sendo dois deles, laterais.

Os primeiros ensaios realizaram-se em Arroios, com a inauguração da linha até ao Lumiar.

Alcançar a vila de Sintra era também o objectivo principal e, deste modo, em curto espaço de tempo, foi o caminho de ferro monocarril, assente ao longo da estrada real, havendo, todavia, necessidade de se fazerem pequenos desvios, para que as locomotivas mais facilmente vencessem as rampas de maior inclinação.

22

Por decretos de várias datas, foi concedido ao Marechal Saldanha, o exclusivo de três linhas: Lisboa a Torres Vedras (25 de Outubro de 1869), Lisboa a Sintra (11 de Julho de 1871) e Belém a Cascais (29 de Agosto de 1871).

A estação ficava no velho palácio dos Condes de São Miguel, na Rua de Arroios, junto à Rua Francisco Foreiro, e dali seguia em direcção ao Largo de Arroios, Rego, Sete-Rios, Benfica, Porcalhota, Ponte de Carenque, Queluz, Cacém, Rio de Mouro, Ranholas e Sintra.

A inauguração desta linha fez juntar perto da estação, muitos curiosos a admirarem o novo invento. Os convidados, muito senhores de si, iam tomando os seus lugares nas carruagens e antegozando o prazer da primeira viagem.

Partiu finalmente o combóio; mas, ao chegar ao Largo de Arroios, a máquina não teve pressão suficiente para vencer a grande ladeira e foi forçoso tirar a última carruagem, que regressou ao ponto de partida, empurrada por vários moços.

Além disso, a invenção começou a não corresponder à expectativa, pois o desgaste era muito grande e, assim, as carruagens ora inclinavam para a direita, ora para a esquerda, constituindo uma tortura enorme para os passageiros, não falando já na grande quantidade de pó que se levantava constantemente.

A fim de impedir estes inconvenientes, a empresa exploradora substituiu o empedramento por pranchas de madeira, solução que não deu resultado.

Os descarrilamentos, os atrasos e os dissabores sofridos pelos viajantes, criaram grande antipatia ao caminho de ferro monocarril, que começou a ser ridicularizado. Os cavaleiros acompanhavam-no ao trote dos seus cavalos, os passageiros tinham, por vezes, de ajudar a empurrá-lo, nunca sabiam a que horas chegavam ao seu destino e, quando chegavam, eram envoltos em densas nuvens de poeira, que sufocavam, não só os viajantes, como aqueles que se encontravam à beira da estrada.

Júlio César Machado, a propósito de uma ida à Porcalhota, para petiscar na célebre casa do Pedro dos Coelhos, fala-nos na aventura que constituía a utilização do «Larmanjat»:

«Junta-se o povo onde estacionam os veículos para conduzir os passageiros por conta do «Larmanjat». Chega-se ao Rego, toca a andar, mas toca deveras... porque toca um sino! Escolhe-se a carruagem mais próxima da máquina. Procura-se o lado mais favorável. Busca-se um cantinho. Correm-se cautelosamente as vidraças e... tapa-se a boca. A poeira levanta-se, mete-se pelas fendas e vem dançar em redor dos viajantes. É a mesma poeira da estrada de Sintra, não é outra, mas está melhor que dantes, está mais crescida e mais gorda, está magnífica! Nas Laranjeiras é de primeira ordem! Naquele sítio, uma pessoa fecha a boca, fecha os olhos, fecha tudo e cisma um pedaço. Mas o trem segue, a sineta vai tocando e os moradores daquelas ruelas recolhem as crianças, fecham as portas e têm o maior cuidado em não deitar a cabeça de fora para o trem lh'a não cortar, como se fôra uma cabeça de nabo. E... chega-se, finalmente, à Porcalhota!».

Em 1877, foi suspenso o tráfego por falta de recursos. O «Larmanjat» surge apenas como uma triste recordação do final do século passado.

O CHAFARIZ DE ARROIOS

No início da actual Rua Carlos José Barreiros, antiga Estrada da Charneca, havia uma bica na qual estavam esculpidas e emolduradas as armas da Cidade de Lisboa, com o seu navio, e as do Reino, à direita, com seus castelos e quinas.

Apesar da singeleza do seu conjunto, esta fonte era das mais antigas de Lisboa.

Inferiormente, estava a inscrição seguinte: «esta obra mandou fazer a cidade à custa do Real d'Ágoa Anno de 1624».

Havia outra inscrição por cima da verga da porta da mina, onde se lia: «na era de 1398, teve principio esta fonte no Campo de Lourenço Affonso Costas, thesoureiro do Concelho, sendo escrivão d'elle, Lourenço Duraens e mestre pedreiro do mesmo Concelho. João Gialdi».

Segundo parece, o primeiro local da fonte deveria ter sido mais acima, em terrenos pertencentes ao dito tesoureiro.

Por determinação camarária, de 9 de Março de 1848, passou a fonte para o princípio da rua, a pedido do proprietário do palácio do Conde da Guarda, Desembargador João Lopes Calheiros de Meneses, que contribuiu com a quantia de 48\$000 réis. A primeira água veio a correr em 6 de Dezembro de 1848, sendo os sobejos concedidos ao palácio dos Senhores de Pancas, situado no Largo de Arroios, mediante o foro anual de 50 réis.

Em 1935, foi tudo demolido, visto o terreno que lhe estava junto, ter sido aplicado à construção de edifícios, entre eles, o que tem actualmente o n.º 3-A, em cuja frente estava colocada a mencionada bica.

AS PORTAS DE ARROIOS

Após o terramoto de 1755, uma das primeiras providências tomadas pelo Rei D. José, foi determinar os justos limites da cidade, os quais foram fixados pelo Decreto de 3 de Dezembro de 1755 e confirmados pelo Alvará de 12 de Maio de 1758.

Em Arroios, os limites eram: a partir de Santa Bárbara, a delimitação seguia pela Rua das Barracas, Largo de Santa Bárbara e primeiro troço da Rua de Arroios, Rua Frei Francisco Foreiro, Caminho do Forno do Tijolo (hoje rua), e Rua Angelina Vidal.

24 No Arco do Cego, o traçado seguia por um pequeno troço, hoje desaparecido, da Calçada de Arroios, pela Azinhaga do Pery (Rua Visconde de Santarém e actual Travessa das Freiras a Arroios), passando pelo Largo do Leão, até defronte do Convento das Freiras de Arroios, hoje hospital, e continuando pela Rua Morais Soares até ao Poço dos Mouros.

Em 1833 existiam quatro portas (Decreto de 27 de Dezembro de 1833). Junto das portas funcionavam Casas de Despacho e só pelas portas respectivas é que se permitia a entrada de géneros na cidade.

As portas existentes na freguesia, que além do posto fiscal, possuíam também barreiras ou postos de despachos, eram as do Arco do Cego ou de Arroios, na emboadura da Rua do Arco do Cego e da Calçada de Arroios, do Largo do Leão ou da Estrada da Charneca, no começo da Avenida Manuel da Maia, a da Estrada de Sacavém, actualmente Rua Quirino da Fonseca, um pouco para além da Travessa das Freiras, e a da Travessa das Freiras, junto da Rua António Pereira Carrilho.

As portas que ficavam no ponto de encontro das actuais ruas António Pereira Carrilho e Quirino da Fonseca, possuíam pilares de pedra que suportavam o gradeamento e os portões de ferro, abrindo estes, de verão, às cinco horas da manhã, e de inverno, às seis, e fechando ao sol posto.

Por aqui passavam os veículos que demandavam a cidade, bem como as carroças vindas dos lados de Sacavém, Vila Franca, Vialonga, Póvoa de Santa Iria, Olivais, etc., transportando hortaliças para o Mercado da Praça da Figueira.

Esta passagem possuía fiscalização aduaneira bastante rigorosa. Ali permanecia constantemente uma sentinela da guarda fiscal, destinada a impedir os constantes ardis utilizados contra os interesses do Estado. Esta vigilância não excluía as mulheres, para as quais havia palpadeiras oficiais.

Este e os restantes postos aduaneiros existentes na Cidade, eram chefiados por funcionários graduados das alfândegas, auxiliados por militares que guardavam as portas e, por vezes, acompanhavam mercadorias e bagagens até ao ponto de destino, mediante remuneração própria, pois esses postos eram fontes de receita fiscal.

O edifício aduaneiro tinha patente, numa sua dependência, muitas provas dos processos usados para ludibriar e lesar o Estado.

A freguesia tinha cinco postos fiscaes — o do Arco do Cego, o de D. Estefânia, o da Rua Açores, Rua de Arroios, do Largo do Leão e o de Sacavém, ou da Estrada de Sacavém.

O documento oficial de 1840, citando a linha de separação entre a Cidade e o seu Termo, fala das portas do Convento de Arroios, das do Arco do Cego e das da Charneca.

O arco da Rua do Arco do Cego foi demolido em 1742. O Magnânimo D. João V adoeceu a 10 de Maio de 1742 e, um mês depois, após várias conferências, os médicos da sua câmara resolveram que o augusto enfermo tomasse os banhos das Caldas da Rainha.

Mandaram-se consertar todos os caminhos que iam de Lisboa até lá e esperar que ficassem à altura de poder rolar sobre eles, a carruagem real.

Passados alguns meses, o Cardeal da Cunha meteu-se num coche da Casa Real e partiu para ir benzendo até às Caldas, as estradas por onde havia de passar El-Rei.

Foi então que se reconheceu, à passagem do Cardeal pelo Arco do Cego, que a larga estufa de viagem, em cujos almadraques, D. João V se recostava, não podia, de modo algum, caber por arco tão estreito e que, não só os tapadoiros das rodas, mas a própria caixa, esbarrariam de encontro aos pilares laterais. As ordens não se fizeram esperar, e a demolição começou em 7 ou 10 de Setembro de 1742.

O velho arco caíra sob o picão dos alvenéis para D. João V passar; mas o sacrifício dos seus braços de pedra foi inútil. A estrada alargou-se; o coche real nunca passou.

Com data de 29 de Maio de 1846, elaborou-se um projecto e orçamento da nova estrada da circunvalação do Município de Lisboa, que passaria pela Quinta do Manique, ao Arco do Cego.

Pelo mesmo decreto, foi extinto o Termo de Lisboa, tendo passado a zona extramuros de São Jorge de Arroios, cortada pela linha da circunvalação, para o novo Concelho dos Olivais, então constituído.

O muro e a estrada da circunvalação tinham por objectivo, fins aduaneiros, para a cobrança dos direitos de consumo e do real de água, mas nesta delimitação, não foi tomada em consideração, a divisão paroquial.

CONVENTOS E CAPELAS EXISTENTES NA FREGUESIA DE SÃO JORGE DE ARROIOS, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Embora passasse a constituir sede de paróquia, em 21 de Agosto de 1937, a Igreja do Convento de Nossa Senhora da Penha de França esteve até essa data, sob a jurisdição do pároco de São Jorge de Arroios.

Concluído em 10 de Maio de 1598, o referido templo, por ocasião do terramoto de 1755, ficou completamente destruído, morrendo nas suas ruínas, mais de trezentas pessoas que estavam a assistir às solenidades do dia.

A Capela de Nossa Senhora do Monte Agudo, com a quinta e palácio anexos, ficava perto da Penha de França e nela se encontrava a imagem de Nossa Senhora do Monte Agudo, trazida por freiras flamengas, fugidas ao furor das lutas religiosas nos Países Baixos.

Já em pleno coração da freguesia, se encontra o Hospital de Arroios, instalado no edifício do antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição, dos padres jesuítas, mandado edificar por D. Catarina de Bragança.

Essa casa, sob a invocação de Nossa Senhora da Nazaré, fundada em 1705, e à qual a referida rainha deixou a quantia de 50.000 cruzados, destinava-se à formação dos futuros missionários do Oriente, com colégio e noviciado para as missões da Índia.

Depois da expulsão dos jesuítas, em 1758, ordenada pelo Marquês de Pombal, foi cedido o convento às religiosas seráficas da Conceição de Maria, que ocupavam o Mosteiro da Luz.

Por ocasião das guerras civis, as tropas constitucionais ocuparam todo o edifício até final de luta, tendo as freiras passado para o Convento de Santos-o-Novo. Em 1834, foi secularizado o convento e transformado em hospital. Nele deram entrada os doentes atacados da febre amarela e peste bubónica, e lá faleceu nessa ocasião, o insigne bacteriologista, Prof. Câmara Pestana.

Nas últimas duas décadas do século passado, teve o nome de Hospital Dona Amélia, e foi, então, destinado a tuberculosos que beneficiaram da assistência desenvolvida pela Rainha Dona Amélia no combate à terrível doença.

Quase em frente do hospital, a Travessa das Freiras, talvez lembrando as religiosas que passaram pelo Convento de Arroios, foi teatro de triste acontecimento. Em 4 de Outubro de 1910, um acto de lamentável desânimo, levou ao suicídio o Almirante Cândido dos Reis, considerado pelos seus correligionários, como homem íntegro e sincero, convencido do malogro do movimento republicano de que era um dos organizadores.

Sobre a porta da capela do hospital, que está, de há muito profanada, conservam-se ainda as armas da bondosa fundadora que os jesuítas mandaram esculpir como reconhecimento de tão generosa dávida.

Foi nesta capela que se realizaram os actos de culto da freguesia de São Jorge, desde Junho de 1895 a Dezembro de 1897, enquanto a igreja paroquial esteve encerrada para obras.

O portal tem certa nobreza de linhas, no estilo da transição do século de seiscentos para o de setecentos. A fachada tem duas torres, que ladeiam um tímpano central em forma de nicho, no qual avulta a imagem escultórica, em pedra, de Nossa Senhora da Conceição. Como construção do período barroco, este convento nada tem de notável, a não ser a igreja, que, encerrada ao culto desde 1910, foi despojada dos quadros, objectos e alfaías que ainda possuía, e que foram distribuídos por várias igrejas do País.

No Largo de Arroios existia a Capela de Nossa Senhora da Conceição, do palácio dos Senhores de Pancas, há pouco demolido, e que pertencera, nos primeiros tempos do século XVII, ao Desembargador André Valente.

O palácio foi comprado mais tarde, pelos Condes de Vila Flor, estando, na primeira metade do século seguinte, na posse de uma filha de D. Cristóvão Manuel de Vilhena, mulher do Conde de Alpedrinha, José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun, neto materno do 1.º Marquês de Pombal. Como os Vilhenas eram Senhores de Pancas, daí derivou a designação do palácio.

O desaparecido Pátio Carlos Dias, que lhe ficava contíguo, data de 1883 e foi construído no recinto onde eram os jardins do palácio. Neste ficou instalada, possivelmente, a partir de 10 de Outubro de 1910, a 20.ª Esquadra da Polícia de Lisboa, mais tarde, 10.ª Esquadra.

Anteriormente funcionava na Rua de Arroios, a 3.ª Esquadra da Polícia, que passou depois para o Largo de Arroios.

Uma outra capela — a de Nossa Senhora da Conceição — ficava no palácio que foi primitivamente dos Condes de São Miguel e, mais tarde, dos Condes dos Arcos.

O palácio ocupava parte do terreno das actuais ruas dos Anjos e António Pedro, e serviu, mais tarde, de colégio de rapazes, do qual era director, José Pedro Rosado, tendo uma frequência de cinquenta alunos (*).

Em 1845, o palácio era novamente residência particular. Nele morava então, com sua família, o Conde-Barão de Alvito (António Luís de Sousa Coutinho).

Mais tarde, em 1854, esteve ali instalada a fábrica de lanifícios, fundada por José António Teixeira; depois, em 1873, o edifício serviu de estação do caminho de ferro «Larmanjat».

Em seguida veio a Fábrica de Cerveja Leão, que permaneceu naquele lugar até 1915.

Nos terrenos pertencentes ao palácio, existiam, nos fins do século XVI, a quinta e casas de Diogo Botelho, amigo e partidário de D. António Prior do Crato. O 1.º Conde de São Miguel foi 3.º neto de Diogo Botelho e herdou os terrenos e grangeios que pertenceram, depois à casa dos Condes dos Arcos.

No palácio hospedou-se D. António, em 1580, pouco antes da derrota que sofreu na Ponte de Alcântara, em combate contra o Duque de Alba.

Já muito arruinado, e dada a sua situação quase arrabalдина, serviu em 11 de Outubro de 1875 para, em parte dele ou dos terrenos que o circundavam e lhe pertenciam, se efectuar um comício republicano, em propaganda da candidatura de José Elias Garcia para deputado. Presidiu Sousa Brandão. José Elias falou durante duas horas. Pois não pronunciou uma única vez, as palavras «República» e «republicanos»(†).

Outra capela, dedicada a São João Baptista, ficava na Quinta das Areias, à Estrada de Sacavém.

Também, sob a invocação de São João Baptista existia outra capela na «Quinta do Almada», dos Lagares de El-Rei, cujo senhorio já existia no século XIII. Nestes lagares faziam-se os vinhos para as armadas reais no tempo da dominação filipina.

Filipe II, em 1560, fez mercê a D. Lourenço de Almada, deste reguengo, de sessenta e quatro courelas, que andavam aforadas.

Uma capela sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, foi estabelecida na quinta que o Desembargador Antão Barata Salgueiro, possuía no sítio do Alto do Pina.

(*) Livro das Desobrigas da Freguesia de São Jorge, do ano de 1839.

(†) Homem Cristo — Notas da minha vida e do meu tempo, vol. II.

Na Quinta do Bacalhau, situada na antiga Estrada de Sacavém, ficava a Capela de São João Baptista, que, em tempos idos, pertencia ao Desembargador João Marques Bacalhau e, em 1804, era de Manuel Vicente de Sequeira Barreto (*).

A Capela de Santa Bárbara foi fundada junto do palácio que o Desembargador Inácio Lopes de Moura, possuía no sítio de Santa Bárbara, entre as ruas de Arroios e Passos Manuel. Este pequeno templo foi demolido em 1885, o mesmo acontecendo ao palácio, cinco anos mais tarde.

Na Quinta dos Ciprestes, à Azinhaga da Fonte do Louro ficava a Capela de Santo António, e na Quinta do Andrade, à Estrada de Sacavém, havia outra, também dedicada a Santo António. Esta última tinha tal designação por ter pertencido, nos fins do século XVIII, a Luís Alvares de Andrade.

Na Rua de Arroios existia a Capela de Santa Rosa de Lima, pertencente ao palácio dos Condes de Mesquitela. Viera este palácio, da herança de Afonso de Albuquerque, filho, e depois, passara ao morgadio dos Senhores de Murça (condes desde 1826), transitando para os Costas Mesquitelas (de Azeitão), arceiros-mores do Reino. Esta capela foi sede da freguesia de São Jorge, por Provisão de 23 de Janeiro de 1780.

Em 24 de Setembro de 1798, faleceu na Rua de Arroios, o Reverendo Padre Desembargador e Inquisidor, Pascoal José de Melo Freire dos Reis, célebre jurisculto, que foi sepultado na Ermida de Santa Rosa de Lima, a meio do templo e junto à parede, do lado do Evangelho.

Nasceu em 6 de Abril de 1738. Doutorou-se em Leis, na Universidade de Coimbra, em 3 de Maio de 1757, sendo, pouco tempo depois, nomeado lente substituto da Cadeira de Direito Pátrio, e efectivo, em Outubro de 1781.

Na sua campa foi colocado o seguinte epitáfio:

A aeternæ memoriæ
Paschalis Josephii Mellii Freirii
optimi Civis
et
immortalitati dignissimi
sacrum
postridie nonas aprilis
MDCCXXXVIII
dulcissimo avunculo suo
benemerenti
posuit
Franciscus Freirius Silva Mellius

(*) Livro das Desobrigas da Freguesia de São Jorge.

Desde Agosto de 1873, os seus restos mortais repousam no Cemitério dos Prazeres, em jazigo que, propositadamente, a Associação dos Advogados mandou construir nesse ano.

A Câmara de Lisboa, desejando colaborar nessa perpetuidade, dedicou-lhe uma rua da freguesia.

Na Calçada de Arroios ficava a Capela de Nossa Senhora do Pópulo, pertença do palácio dos Condes de Linhares. Por morte do último titular, foi vendido este edifício, à Casa Palmela, que o cedeu aos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, mais conhecidos por «Padres Lazaristas», que, na Páscoa de 1902, instalaram ali, provisoriamente, o seu colégio de preparatórios (Escola Apostólica).

Por ocasião do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, estes padres foram bastante maltratados. Dois deles, o Padre Provincial, João Baptista Alfredo Fragues, e o Dr. Bernardino de Barros Gomes, foram barbaramente assassinados nesse dia.

O Estado tomou conta do edifício que albergou, por algum tempo, os Inválidos da Grande Guerra, e foi demolido em 1937, para dar lugar a uma rua e a construções modernas.

Por altura de obras efectuadas na igreja paroquial (1895-1897), celebraram-se lá, os actos de culto da freguesia.

Depois, na posse dos padres da mencionada congregação, a capela passou a ser dedicada a Nossa Senhora das Graças ou, melhor, à Virgem da Medalha Milagrosa, cuja Imagem estava na capela-mór.

Nos altares laterais foram colocadas as de São Luís, Rei de França e da Virgem Poderosa, respectivamente do lado do Evangelho e da Epístola.

RELAÇÃO DE ALGUNS PAROQUIANOS QUE NAScerAM OU RESIDIRAM NA FREGUESIA

D. Alvaro de Castro — Conde de Monsanto — que acompanhou D. Afonso V a África.

Doutor Diogo Afonso Manga-Ancha — Doutor em Direito e lente da Faculdade de Leis da Universidade de Lisboa.

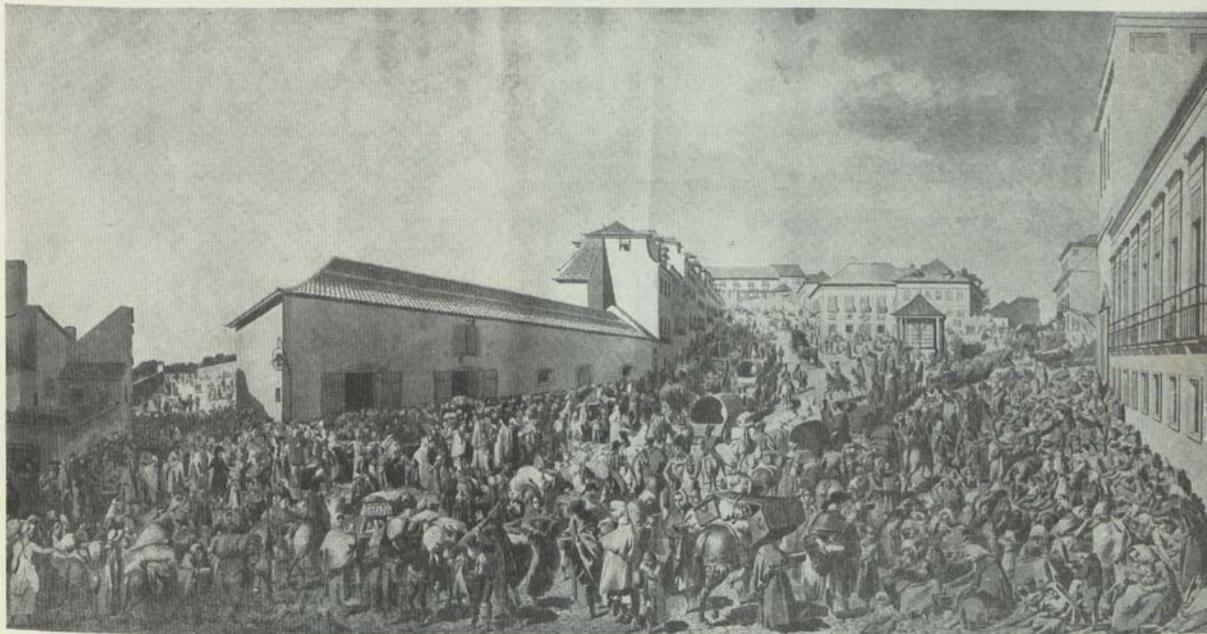
D. Diogo da Silveira — Conde da Sortelha — Conselheiro de El-Rei D. Sebastião.

D. Pedro António de Noronha de Albuquerque e Sousa — Conde de Vila Verde — Vice-Rei da Índia, em 1692.

D. João de Almeida Portugal — Conde de Assúmar.

D. Tomás de Almeida — 1.º Patriarca de Lisboa.

D. Pedro de Alcântara de Meneses — Marquês de Marialva, nascido em Arroios, em 9 de Novembro de 1713.



A S O P A D E A R R O I O S

A S. A. R. O Príncipe Regente Nosso Senhor, Augusto, Pio, Magnânimo, Pai da Pátria

D. O. C.

Domingos António de Sequeira, Lusitano Primeiro Pintor da Câmara e Corte de S. A. R. Mestre dos Ser.^{mos} Sr.^o Príncipe, e Infantes Académico de Mérito na Inelyta Academia de S. Lucas em Roma, e das principaes da Itália, Director da Aula de Desenho na Real Academia da Marinha da Cidade do Porto, esta Estampa, q̄ copiou do natural. Representa a distribuição do alimento, q̄ se repartia no Cruzeiro de Arroyos aos infelizes emigrados q̄ desampararão as suas terras assuladas pelo Exército Francez na invasão de Outubro de 1810, e forão acolhidos e sustentados pelos moradores de Lisboa com o mais louvável patriotismo e humanidade.



O CRUZEIRO DE ARROIOS—LISBOA—SÉCULO XVI

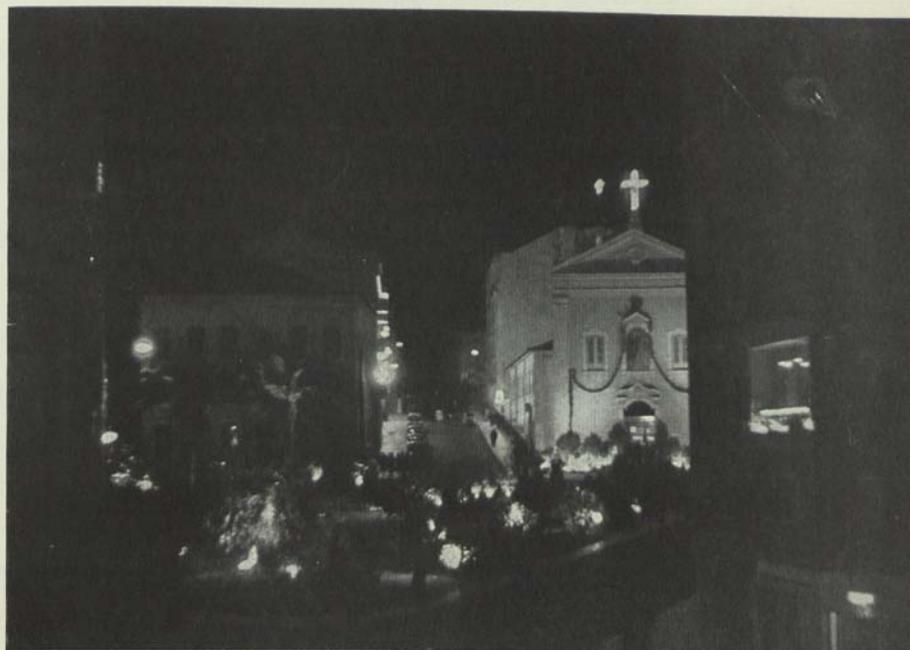


O CRUZEIRO DE ARROIOS—LISBOA—SÉCULO XVI

O SAGRADO VIÁTICO AOS ENFERMOS, EM 1905
— A PROCISSÃO NO LARGO DE ARROIOS



ILUMINAÇÕES
DO LARGO DE
ARROIOS
EM HONRA DA
VIRGEM
PÈREGRINA
— MAIO DE 1950



Reverendo Doutor Pascoal de Melo — Sacerdote e jurista, nascido em 6 de Abril de 1738.

D. Alvaro Xavier Botelho — Conde de São Miguel, nascido na freguesia, em 16 de Dezembro de 1771.

D. João António Binet Píncio — Bispo de Lamego.

D. José António Leite de Barros — Conde de Basto.

D. Luís da Costa de Sousa Macedo e Albuquerque — Conde de Mesquitela.

D. Henrique José da Costa Sousa e Lafeté — Conde de Soure.

José Acúrsio das Neves, Desembargador e Deputado, que residiu na Quinta do Bacalhau, à Estrada de Sacavém.

D. José António de Melo da Silva César e Meneses, Marquês de Sabugosa, que residiu na Quinta do Areiro, à Estrada de Sacavém.

D. António Francisco Melo e Castro de Saldanha, Conde das Galveias, que residiu no Palácio Galveias, ao Campo Pequeno, hoje Museu Municipal.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade, Conde de Linhares.

General João José Sinel de Cordes, Ministro das Finanças, de 1926 a 1928 e Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Jorge de Arroios, falecido em 1930.

Cónego Dr. Joaquim Martins Pontes, pároco da freguesia, de 1912 a 1944. Dotado de vasta inteligência e virtude, foi este ilustre sacerdote, considerado como um dos melhores oradores sagrados, tendo, também, marcado a sua acção no jornalismo; foi redactor e um dos fundadores dos «Ecos de Roma», quando era aluno da Universidade Gregoriana, e colaborou em vários jornais e revistas como a «Voz», «Novidades», «Lumen», etc.

Nascido em Paderne (Algarve), em 5 de Outubro de 1874, fez os seus estudos secundários nos Colégios Franciscanos de São Bernardino e Montariol.

Celebrou Missa Nova em 14 de Julho de 1901, partindo depois para Roma, onde se doutorou em Teologia pela Universidade Gregoriana. Foi secretário do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, assumiu a paróquia da freguesia de São Jorge de Arroios, em 1 de Dezembro de 1912 e faleceu a 25 de Setembro de 1944, após 32 anos de grande dedicação à paróquia, que fez progredir de forma bem evidente, conseguindo conquistar rapidamente, a consideração e o respeito de todos os paroquianos.

D. Francisca Eugénia de Saldanha Oliveira e Daun, Condessa de Sintra, falecida em 1949.

General Amílcar de Castro Abreu e Mota — Chefe da Casa Militar do Presidente Marechal Carmona — falecido em 1949.

Almirante João de Azevedo Coutinho, benemérito da Pátria, falecido em 1945.

Conselheiro Abel Pereira de Andrade, Professor da Universidade de Lisboa, e Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Jorge de Arroios, falecido em 1958.

General Aníbal Ramos de Miranda, falecido em 1959.

Reverendo Padre Dr. Francisco Rodrigues da Cruz, o Santo Padre Cruz, morador, durante algum tempo (já lá vão muitos anos!), na Quinta dos Lagares de El-Rei, ao Azeiteiro, onde esteve para cura de ares, a convite da Ex.^{ma} Família Almada, proprietária da quinta.

Professor Doutor António de Oliveira Salazar, venerando Presidente do Conselho de Ministros, que residiu nesta freguesia, durante alguns anos, na Rua Funchal.

OS VELHOS RETIROS DA ESTRADA DE SACAVÉM

No final da primeira década deste século, Arroios era o fim da cidade. A Lisboa boémia quando queria divertir-se, abalava até Arroios, freguesia bem lisboeta, onde abundavam os retiros «fora de portas». Ali se escondiam as quintas e hortas, refúgio de poetas, prosadores, artistas, homens de espada e gente de algo, que não faltavam a tais reuniões!

Na Estrada de Sacavém, que começava junto da igreja paroquial, existiam quintas célebres como a da Maria José, com a sua típica nora (no local hoje ocupado por parte da Alameda D. Afonso Henriques), e a do Filipe (entre a Praça do Chile e a Alameda D. Afonso Henriques), e retiros como o «Papagaio», o dos «Pacatos», o «Mexe Mexe», a «Perna de Pau».

Encostado a um muro da antiga Azinhaga das Freiras, hoje travessa, encontrava-se um modesto estabelecimento conhecido pela «Tasca do Barão do Nabo».

As carroças que então entravam na cidade, estacionavam por ali, aguardando a hora da abertura das portas e, ao alvorecer, os condutores desses transportes de hortaliça, em que predominava o nabo, entravam na loja e tomavam uma caneca de café, de dois decilitros e meio, por dez réis, um quarto de pão simples por igual quantia, acrescida de vinte réis, se levava manteiga, e um cálice de aguardente, por dez réis.

A luz ténue do gás, o homem sadio do campo ingeria aqui o seu primeiro alimento, entremeadado de conversas da maior simplicidade.

De madrugada, um homem apregoando:—«Cá está, ó vizinhança»—, percorria o sítio da Estrada de Sacavém, nas imediações das portas, empurrando um pequeno carro de mão que suportava fogareiro, cafeteira e garrafa com aguardente. Tinha farta clientela saloia, que fornecia a cidade, de produtos dos campos, cultivados nos arredores.

A Estrada de Sacavém, mercê da sua privilegiada situação, tornou-se preferida tanto pelas camadas populares, como pelas *élites*, e as suas hortas apeteceíveis, acarinhadas pelos seus frequentadores, triunfaram brilhantemente.

O poeta Bulhão Pato dedica-lhes significativas palavras. Diz: Vamos para as bandas de Arroios; vamos para as hortas... que estão a desaparecer... Ali há alguma coisa mais do que o desenho e a luz: a nora gemendo, os bordões e as primas da guitarra nacional, na mórbida cadência, acompanhando a letra onde há versos que re-
tentam do coração, como estes:

Puz um pé na sepultura
Uma voz me respondeu:
Ah! cruel, que estás pisando
Um amor que já foi teu!» (*)

E Gomes Leal pudera exteriorizar:

Apraz-me ir ver os alecrins das hortas,
risonhas, festivas, com seu matiz.
Vou, qual boémio lírico e feliz,
que busca o sonho para além das portas!...

As hortas que marcavam o seu dia grande em quarta-feira de Cinzas, tinham características próprias, como o jogo do chinquillo, os cegos e respectivos moços a cantarem modinhas acompanhadas à guitarra e à viola, o canjirão e as inseparáveis canecas, o esforço vagaroso do boizinho, movendo a nora, o perfume natural das emanações do campo, propício ao veraneio de fidalgos, que tinham suas residências de verão para as bandas do Areeiro, e até à cura da tosse convulsa que exigia mudança de ares e fumo do combóio... E que bons são os ares destes sítios!

Tudo desapareceu na voragem do tempo e do progresso, e até a panaceia para o rebelde catarro, deixou de usar-se, restando hoje, a saudade daquilo que já passou e não volta mais.

Dum lado e outro da Estrada de Sacavém, os baixos muros deixavam ver as variadas culturas que os ubérrimos campos ostentavam, patenteando bem a sua fertilidade.

De espaço a espaço, as velhas noras alpendradas para abrigo dos animais, cativavam o olhar.

Pela estrada fora, os grupos entoavam trechos de música popular ou cantavam fado.

Chegados ao retiro escolhido, ali entravam como em casa de família; abancados à mesa tosca, ou escolhendo, ao ar livre, local acomodado, aproveitando a sombra do arvoredor, casacos pendurados nas árvores, sentados na relva, o farnel saía do cesto e

(*) *Paisagem portuguesa* — publicação extinta — 1907.

sobre a alva toalha, era servido o peixe frito e a salada de alface, especialidades da casa. O gorgeio da passurada e o chiar da nora próxima, davam sinais de vida, enquanto que o canjirão esvasiava na caneca, vinho de confiança.

Na tipóia ou no carro da carreira que partia do Rossio, mantinha-se uma atmosfera de graça e alegria. À chegada, cumprimentava-se a tia Gertrudes da «Perna de Pau», e no «Zé dos Pacatos», chalaceava-se com o «Bitoque», curioso criado de piada sempre pronta.

O «Zé dos Pacatos» tinha frequência escolhida.

Por lá passaram, entre outros, o grande dramaturgo, D. João da Câmara, Fialho de Almeida, cintilante crítico, o grande causídico, Alexandre Braga, o poeta Augusto Gil, o diplomata Jaime Batalha Reis, o célebre António Arroio, o erudito professor Dr. João Barreira, António Palha, D. Pedro de Bragança, D. Cactano de Bragança (Lafões), D. José Manuel da Cunha Menezes, professor de equitação, Marquês de Angeja, D. Rui S. Martinho, etc.

Após a chegada, o coelho ia para a caçarola, enquanto se preparava a fresca alface.

Alexandre Braga descobrira que a partida dos eléctricos do Areiro, se ouvia, encostando o ouvido a uma coluna de ferro colocada junto ao portão. Nunca deixava de executar essa prova auditiva e, por isso, quando todos se levantavam da mesa, diziam ao grande orador: — «Oh Alexandre, vai lá pôr o ouvido para sabermos se o carro já partiu». Mas muitas vezes, o trajecto era a pé, com versos lançados ao ar, sobretudo quando a estrada era banhada pela inspiradora lua cheia.

Na Estrada de Sacavém encontrava-se à direita, o primeiro retiro — o «Papagaio» — cuja tabuleta ostentava um papagaio de bico adunco, mais tarde substituído, por outra ave, também de bico recurvo — «Águia Roxa».

Pratos especializados em que predominava a carne, cozinhada sob variadíssimas formas, atraíam os apreciadores que, após as tarefas da sua profissão, ali passavam as tardes e as noites, confortavelmente.

A «Águia Roxa» (antigo «Papagaio») era uma genuína horta portuguesa, onde a lista não era escrita em francês, e se comia um prato nacional, sem contrabando nem influências de paródias estrangeiras! Foi ali que se realizou a ceia em honra de D. João da Câmara. Um poeta de ocasião glosou, num momento, a seguinte quadra, de Lopes de Mendonça, em honra do autor do «Alcácer-Quibir»:

Se foi Alcácer-Quibir
A perda da nossa glória
Tal nome hoje representa
A mais completa vitória

No «Retiro dos Pacatos Velhos», de que foi proprietário, o João de Assunção, rendeiro da Quinta da Assunção, onde se encontrava o retiro, eram notórios os bailes das

festas dos Santos Populares. A Quinta de Nossa Senhora da Assunção ficava do lado ocidental da Estrada de Sacavém e tinha grande área predominando nela o cultivo das vinhas produtoras de afamado vinho.

Mais adiante, o «Zé dos Pacatos», com largo portão de madeira, possuía vasto recinto, à entrada, para alojamento de viaturas e animais que conduziam para lá os numerosos clientes.

Após a refeição, uma das distrações então em voga, era o jogo do chinquillo. À noite predominava o dominó e o chamado liques, sendo raros os conflitos devidos a excessos libatórios, de pronto serenados com a presença do dono da casa, José Joaquim Pereira Caldas, que gozava de grande prestígio, raramente invocando e impondo o supremo argumento: — «estamos na casa dos... pacatos!».

D. João da Câmara era o animador e conversava muito com o «Zé dos Pacatos»; quando este fechava a casa, dizia-lhe, batendo na testa: «isto de estar aqui todo o ano, também cansa a cabeça».

As operações mentais do coelho guisado, acompanhado da alface, deviam efectivamente esgotar o sistema nervoso do popular hospedeiro.



Continuando pela Estrada de Sacavém, já no Areeiro, ficava o «Retiro da Basalisa», onde havia grandes sessões de fado. O nome passou a ser mais tarde — «Tanoeiro».

Por detrás do «Tanoeiro» encontrava-se o Casal Vistoso ou Quinta das Ameias, que data do século XVII e era dos Abreus e Castros, sendo considerado um local de ares lavados e privilegiada situação.

Outro retiro — «o da Varanda» — recorda a figura esguia e magrizela do Manuel Serrano, que marcou posição de destaque, entre os cantores de fado corrido da sua época.

Uma quadra da sua predilecção:

«Até o próprio dinheiro
Me fugiu da algibeira
Não me faz falta nenhuma
Vivo da mesma maneira.»

Para lá da linha férrea, à direita, ficava a «Perna de Pau», instalada na Quinta de Santo António, demolida há poucos anos para dar lugar a novos edifícios.

Era um dos sítios mais frequentados das hortas alfacinhas, com o seu registo de azulejos, embebido na fachada da casa, a sua nora gemedora e o seu panorama característico de arrabalde lisboeta, onde dominava o olival e o verde claro das terras de regadio. Aí se faziam desgarradas à guitarra e esperas de touros com todo o pitoresco destes folguedos.

A sua velha porta guarnecida de ferro, e as duas janelas gradeadas, atestavam o aspecto vetusto desta veterana casa que primava na apresentação do peixe frito, a saltar da frigideira, e na salada preparada de ocasião.

A «Perna de Pau», foi inaugurada em 1860, tendo sido sua primeira proprietária, Gertrudes Rosa Soares — a tia Gertrudes da Perna de Pau — honrada e popular mulher a quem um tiro perdido, fracturara uma perna, que lhe foi amputada, sendo substituída por outra de pau, origem do nome de tão celebrado retiro.

O espaço reservado às tipóias e outras viaturas para o qual se ingressava pelo portão de madeira contíguo ao portal de ferro, por onde as pessoas entravam, era protegido por um velho telheiro; a proximidade do tanque, onde a hortaliça, trazida em padiolas, era cuidadosamente lavada e artisticamente agrupada por espécies na carroça em que era conduzida, horas depois, até à Praça da Figueira, a tipóia de travão corrido, tudo isto dava um cunho especial que se manteve, durante anos, ao serviço da sua categorizada clientela.

Nas «Farpas», o erudito escritor Ramalho Ortigão diz, a propósito: «A «Perna de Pau», o restaurante célebre, bem conhecido de todos os estômagos com tendências bucólicas, impelidos pela nostalgia das hortas para fora de portas no tempo do tomate — organiza com os primores da estação, a nova lista dos seus acepipes.

A propósito, apresenta-se uma apetitosa ementa, da autoria de habilidosos artistas comensais:

Sopa de marisco será
O que primeiro comerá;
E logo em seguida virão
Bons pastéis de camarão;
Emborque-lhe o branco vinho
Que o Monteiro dá, amiguinho.
Algun frango em cabidela
E pr'a apanhar a piela
Regue'o co'a pinga danada
Que antes da vitela assada
O cidadão tem provado.
Vem sobremesa com ralé
Bebe-se logo o café,
E, se mal jantado ficar,
Vá àquela parte cear

Perna de Pau, 1 de Junho de 1912.

36 Nas traseiras da «Perna de Pau» ficava o «Retiro da Montanha», que era bastante frequentado, deliciando os clientes com bons petiscos e esplêndidos vinhos.

Adiante da «Perna de Pau», do lado esquerdo, a caminho do Pote d'Água, existia o «Retiro das Feiteiras», dirigido pela Gertrudinhas das Feiteiras.

Já em plena Portela se encontrava um estabelecimento à direita da Estrada de Sacavém, pertença de Manuel dos Santos, que prestava amável acolhimento, servindo bons petiscos e vinhos de bom lote.

Havia um dia consagrado pelos artistas dos nossos teatros à merenda nas hortas. Na quarta-feira de Cinzas era sabido que, quem desse um passeio àqueles sítios, os encontrava floridos de caras conhecidas, ausentes dos palcos, na noite correspondente.

Igualmente apareciam ali os foliões que, durante o período carnavalesco, angariavam importâncias com que satisfaziam os encargos de vestimentas, sendo o restante, consumido em alegre confraternização.

Cartazes de corridas de touros levadas a efeito na demolida Praça do Campo de Sant'Ana, ornavam as paredes dos retiros, reclamando o predilecto espectáculo que então constituia o maior divertimento da época, sendo o Largo de Arroios, local predilecto de reunião de numerosos fidalgos e outros apreciadores de touros, em seguida às touradas realizadas na velha praça.

Cairam dismantelados os saudosos retiros, desaparecendo, quase por completo, a velha Estrada de Sacavém. As modificações operadas nesta zona periférica da cidade, precipitou o fim destes poéticos recintos dos arrabaldes alfacinhas, para surgirem amplos bairros que o lisboeta presentemente contempla. Tudo evoluiu; aparecem, agora, novas ruas e prédios modernos. Estamos a dizer adeus ao passado. . . !

A POPULAÇÃO DA FREGUESIA E AS RECENTES MODIFICAÇÕES DESTA

A freguesia modernizou-se e, dos velhos tempos, resta-nos ainda, no Largo de Arroios, o palácio do Conde da Guarda. O do Senhor de Pancas, foi demolido em Julho de 1957.

O movimento da população da freguesia foi o seguinte:

Em 1712 — 17 fogos; em 1755 — 58 fogos e, pouco mais tarde, 72; em 1862 — 500 fogos e 1.326 habitantes (intra e extra-muros); em 1890 — 1.712 fogos e 7.113 habitantes; em 1900 — 12.171 habitantes, e em 1925 — 33.619 habitantes.

O recenseamento concluído em 15 de Dezembro de 1950, deu os seguintes resultados:

Número de famílias da freguesia — 18.183; número total dos habitantes da freguesia — 70.483, dos quais 40.038 do sexo feminino; número de fogos — 16.544.

O *Diário do Governo* (1.^a série, n.º 32, de 7 de Fevereiro de 1959), apresenta os seguintes dados, referentes à população da freguesia:

Em 1900 — 12.141 habitantes; em 1911 — 21.127; em 1920 — 26.206; em 1930 — 34.405; em 1940 — 51.630; em 1950 — 70.966.

Pelo Decreto-Lei n.º 42.142, de 7 de Fevereiro de 1959, foi modificada a área da freguesia, cuja linha de delimitação ao Norte, divide pelo meio, a Alameda de D. Afonso Henriques. A freguesia, com as alterações introduzidas, ficou a confrontar com as novas freguesias de São João de Deus, Alto do Pina, São João e Nossa Senhora de Fátima, e com as antigas de Penha de França, Anjos, Coração de Jesus (anteriormente, freguesia de Camões) e São Sebastião da Pedreira.

Pelo mesmo decreto, a freguesia foi transferida do 2.º para o 4.º Bairro Administrativo, e alterado o seu nome, que passou a ter a designação de São Jorge de Arroios, a pedido da respectiva Junta, que apresentou superiormente os motivos justificativos.

Com efeito, o n.º 241 do *Diário de Lisboa*, folha oficial do Governo da Nação, de 23 de Outubro de 1868, fala da freguesia de S. Jorge intra-muros, incluída no Bairro Oriental de Lisboa.

Pinho Leal refere-se à freguesia de São Jorge extra-muros ou São Jorge de Arroios, pertencente então, ao Concelho dos Olivais, criado por Decreto de 11 de Setembro de 1852, e cujos Paços estavam instalados na freguesia de São Jorge, num prédio, já desaparecido, do Largo do Leão, que pertenceu ao Conde de Magalhães.

Em 1886 fez-se nova remodelação pelo Decreto de 22 de Julho, extinguindo-se o Concelho dos Olivais, e ficando ampliada a área do Município de Lisboa, à custa do primeiro.

Mais tarde, pelo Decreto n.º 2.432, publicado no *Diário do Governo*, de 8 de Junho de 1916, 1.ª série, n.º 114, sob proposta do então Ministro do Interior, e assinado pelo Presidente Bernardino Machado, a Junta da Paróquia de São Jorge de Arroios, passou a denominar-se Junta de Paróquia Civil de Arroios.

A Junta, recentemente, manifestou desejo de que a freguesia voltasse a ter a designação de São Jorge de Arroios, pois, assim, reatar-se-iam as boas condições históricas e cristãs do sítio de Arroios, que o referido decreto havia alterado, sem grande justificação.

Nesse sentido a antiga Junta de Província da Estremadura, em 18 de Novembro de 1955, ao apreciar a documentação em que se solicitava tal modificação, deu aprovação unânime ao pedido da freguesia, declarando que os fundamentos alicerçados na História, eram de aceitar e assim, o nome da freguesia deveria ser mudado para São Jorge de Arroios.

Pouco tempo depois, em 25 de Março de 1959, o Eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa publicou um decreto que operou profunda remodelação paroquial na cidade de Lisboa, criando-se assim, a nova Paróquia do Imaculado Coração de Maria, com a parte da freguesia civil de São Jorge de Arroios, que fica a sudoeste dos eixos das ruas de D. Estefânia, Pascoal de Melo e Passos Manuel, provisoriamente anexa à Paróquia de São Jorge de Arroios.

A ACÇÃO ASSISTENCIAL DA JUNTA DE FREGUESIA

Uma das grandes preocupações da Junta foi sempre o problema da assistência, assaz importante e de grande actualidade.

Na cantina escolar distribuem-se refeições diárias a cerca de cem alunos de ambos os sexos, da Escola Primária privativa, sem o aspecto degradante de esmola, mas como que o complemento da educação ministrada nas aulas.

Além disso, pela época de verão, enviam-se cerca de 80 a 100 crianças pobres da freguesia, para colónias de férias — campo e praia — não se estabelecendo qualquer limitação no seu número.

Em 1952 e 1953, os donativos concedidos foram respectivamente, 114.337\$60 e 138.163\$60.

Em 1954 foram distribuídos donativos na importância de 127.541\$70, que constaram de peças de vestuário, enxovais a recém-nascidos, calçado, bodo de Natal em géneros alimentícios, medicamentos, artigos escolares a alunos pobres, subsídios a instituições de caridade da freguesia e auxílios para rendas de casa.

A campanha contra o péssimo hábito do pé descalço, teve largo alcance, pois foram entregues a necessitados, muitas centenas de pares de calçado.

O Posto Clínico, criado pela Junta de Freguesia, em Outubro de 1955, tem prestado relevantes serviços aos paroquianos pobres. Durante o ano de 1956 passaram pelo Posto 28.024 doentes, para efeitos de consultas, injeções e tratamentos, tendo-se distribuído durante o referido ano, medicamentos aos indigentes no valor de 109.815\$40.

Com a montagem do Posto, gastaram-se cerca de 200.000\$00, acrescidos de 183.000\$00 de despesas com movimento de material e pessoal.

O Posto dispõe de consultas de medicina, cirurgia e de todas as especialidades.

O serviço domiciliário a doentes é também modelar; os necessitados têm assistência absolutamente gratuita nos seus domicílios, pois a Junta procura sempre fazer uma acção discreta e sem exibicionismos.

A assistência escolar, em 1956, importou, aproximadamente, em 60.000\$00. Com refeições a alunos e a pobres que constantemente aparecem, gastaram-se 16.500\$00.

O novo mobiliário escolar importou em 45.000\$00.

Em conclusão: mais de 600.000\$00 de despesas, se fizeram no ano de 1956 com obras de assistência.

De 1 de Janeiro de 1955 a 31 de Dezembro de 1958, a despesa com assistência médica e social foi de 1.489.006\$80.

O movimento do Posto Médico durante o ano de 1957 foi:

Consultas médicas — 16.586, das quais, 324 domiciliárias.

Enfermagem — 23.620 tratamentos.

Média mensal de doentes, em 1957 — 3.543.

Em 1958 foi:

Consultas médicas — 21.555, das quais, 280 domiciliárias.

Enfermagem — 26.502 tratamentos.

Média mensal de doentes em 1958 — 4.333,3.

Em 1959 foi:

Consultas médicas — 24.496.

Enfermagem — 27.189 tratamentos.

Consultas domiciliárias — 346.

Média mensal de doentes em 1959 — 4.785,75.

A IGREJA PAROQUIAL

Encontram-se canonicamente erectas nesta igreja, várias associações de piedade como Irmandades, obra da Catequese, Conferências Vicentinas, Organismos da Acção Católica, etc.

Com o decorrer dos tempos, foram feitas sucessivas obras. Em 1 de Janeiro de 1898, depois de quase três anos de encerramento, a igreja reabriu ao culto, tendo celebrado Missa Solene, o Dr. Alfredo César Brandão, prior da freguesia, e pregando ao Evangelho, o Padre José Lopes Semedo. À tarde cantou-se «Te Deum» a grande instrumental. Posteriormente, têm sido feitas várias reparações, nunca se deixando de realizar os actos de culto por tal motivo.

Mais recentemente, a capela-mor da igreja foi beneficiada pelo alargamento à custa de duas dependências laterais, resultando, assim, uma maior comodidade para os fiéis.

A igreja paroquial tem durante o ano, por várias vezes, solenidades em honra do Sagrado Lausperene, sendo uma, por ocasião das festas do dia do orago da freguesia, em 23 de Abril.

Ainda se mantém, bem viva, na memória dos paroquianos desta freguesia, a visita da Virgem Peregrina, cuja Imagem se demorou por aqui, entre 18 e 31 de Maio de 1959.

Grandiosas foram as festas em homenagem a Nossa Senhora. Em verdadeira comunhão de ideais, entidades civis e eclesiásticas da freguesia, trabalharam com entusiasmo e fé.

Uma solene procissão percorreu as ruas principais da freguesia.

Foi celebrada Missa Campal pelo Bispo Auxiliar, D. António de Campos, no Colégio do Sagrado Coração de Maria, tendo o Presidente da Junta, recitado no final, o Acto de Consagração da freguesia, a Nossa Senhora.

A veneranda Imagem, ao regressar à igreja paroquial, foi colocada no altar, positadamente armado, em frente do Posto Clínico da Junta, a cujas instalações, o Bispo Auxiliar lançou a Benção, na presença do Governador Civil de Lisboa e de outras entidades oficiais.

O Largo de Arroios teve iluminação feérica, bem como a frontaria da igreja, edificio da Junta e respectivo Posto Médico. Os habitantes da freguesia associaram-se às festas, iluminando profusamente as suas janelas e assistindo, em grande número, às solenidades religiosas.



Circunstâncias várias têm modificado a denominação de certas freguesias de Lisboa. Umhas desapareceram, há muito; outras passaram a ser conhecidas por nomes diferentes; algumas, ainda, foram incorporadas em freguesias vizinhas.

A de São Jorge, não obstante os muitos incidentes sucedidos através dos seus quase oito séculos de existência, jamais abandonou a sua primitiva designação.

O glorioso Mártir da Província da Capadócia teria, assim, tomado sob a sua protecção, a velha paróquia, cujos destinos espirituais, o Bispo D. Gilberto lhe entregou, inteligentemente, logo nos primeiros tempos que se seguiram à conquista de Lisboa.

Laus Deo

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1960.

Pedro Garcia Anacleto.

BIBLIOGRAFIA

- Américo Costa — *Dicionário Corográfico de Portugal* — 1930.
Arquivo Pitoresco — Vols. VI e VIII.
Eng.º Augusto Vieira da Silva — *Os limites de Lisboa* — 1941.
Eng.º Augusto Vieira da Silva — *As freguesias de Lisboa* — 1943.
Bulhão Pato — *Paisagem portuguesa* — 1907 (publicação extinta).
Francisco Luís Pereira de Sousa — *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755* — 1928.
Homem Cristo — *Notas da minha vida e do meu tempo*.
João Monteiro — *A Estrada de Sacavém* — 1952.
Júlio de Castilho — *Lisboa Antiga* — Bairros orientais.
José Pequeno — *A minha vida e a de meus amigos ou os últimos quarenta anos*.
J. J. Gomes de Brito — *Ruas de Lisboa* — 1935.
Júlio Dantas — *Figuras de ontem e de hoje*.
José Sommer Ribeiro — *O sitio do Forno do Tijolo* — 1931.
Luís Gonzaga Pereira — *Monumentos sacros de Lisboa*.
Norberto de Araújo — *Peregrinações em Lisboa*.
Pastor de Macedo — *Lisboa de lés a lés*.

P. G. Anacleto — *Parecer sobre a designação da freguesia de São Jorge de Arroios* — 1956.
Pinho Leal — *Portugal antigo e moderno*.
Pinto de Carvalho (Tinop) — *Lisboa de outros tempos*.
Pinto de Carvalho (Tinop) — *História do fado*.
Revista de Arqueologia — Vol. I.
Ramalho Ortigão — *As Farpas*.
Sousa Viterbo — *Cruzeiros de Portugal*.
Roberto Dias Costa — *A Paróquia de São Jorge da Cidade de Lisboa* — 1939.
Raul Proença — *Guia de Portugal*.
Vilhena Barbosa — *Monumentos de Portugal*.
Vítor Ribeiro — *A vida lisboeta nos séculos XV e XVI*.





O TERRAMOTO, POMBAL E O COMÉRCIO

Lisboa de D. João V sucumbiu no auto-de-fé que o destino condenou no dia de Todos-os-Santos do ano de 1755. Em poucas horas ou quase em poucos minutos tudo se transformou num montão de ruínas, cinzas fumegantes afogando vidas, dor, luto, desolação; tudo se desfigurou e se perdeu: igrejas, palácios, monumentos, jóias, adornos, economias; a própria altivez e a soberba caem na derrocada e vão passar à história. O Tejo, como que inconformado com a perda da sua «bela adormecida», enfureceu-se e invadiu os escombros mais próximos, aumentando a confusão, a desgraça e o pavor, e durante alguns dias as enchentes e as vazantes das marés alteraram-se em horas e volume.

Foi perante esta brutalidade catastrófica que D. José perguntou ao Marquês de Alorna:

- Que devemos fazer?
- Enterrar os mortos e cuidar dos vivos.

Não era tarefa fácil, mas antes uma dura prova para um grande general. Em transe tão difícil alguém se teria lembrado do homem que tinha as funções de secretário dos Negócios dos Estrangeiros e da Guerra. Já dera as suas provas em desgraça semelhante, de quando se deu o incêndio do Hospital de Todos-os-Santos no Rossio, portanto, estava indicado para mandar enterrar os mortos e cuidar dos vivos. Momentos difíceis estavam reservados ao antigo embaixador de Viena de Áustria, diante de Lisboa com uma terça parte destruída ou arruinada e a sua população, morta, ferida ou esfomeada. Nem todos os mortos puderam ser enterrados, muitos cadáveres foram lançados ao Tejo com pedras atadas aos pés, para não flutuarem nas águas agitadas: tal a confusão do momento que durou alguns dias.

E que cuidados não deram os feridos, os esfomeados e os ladrões?

Para os primeiros foi preciso improvisar hospitais e medicamentos; para os segundos mobilizar todos os meios possíveis para reunir e distribuir alimentos a uma multidão alucinada; para os salteadores, forcas por toda a parte.

Jorge II de Inglaterra, ao ter conhecimento da catástrofe mandou seguir para Lisboa 30 navios carregados com: 6.000 barris de carne, 4.000 de manteiga, 1.200 barricas de arroz, 200.000 alqueires de farinha, 1.000 sacos de biscoitos; e até enxadas e outras ferramentas para os trabalhos de desentulho. Mandou também 270.000 cruzados em moeda portuguesa e 180.000 patacas castelhanas.

Páginas sem conto têm sido escritas desse trágico acontecimento até aos nossos dias, narrando os pormenores do medonho terramoto que viria, no entanto, a ser considerado, posteriormente, como providencial na evolução de Lisboa.

Ali, entre o Tejo e Santo Antão, e Alfama e o Chiado, vai desenvolver-se uma actividade sem precedentes. Soldados, mouros e forçados das galés procedem aos trabalhos de desentulho, pondo a descoberto as entranhas duma cidade morta e desmembrada. As paredes que não caíram, e as casas que resistiram ao tremor têm de ser demolidas porque estão «doentes», fora da linha e do tipo das que se vão erguer a seu lado. Inicia-se o reinado da geometria e tudo tem de obedecer às suas leis, tantas vezes desumanas, é certo, mas necessárias à vida dos grandes aglomerados e à civilização. Havia que reconstruir a cidade sem reconstruir os edifícios que ficaram de pé, arruinados ou não. Toda a prudência era pouca para delinear e edificar com segurança para um futuro distante, para séculos, muitos séculos. Neste sentido havia que recorrer à ciência dos homens mais experimentados do reino, aqueles que já tivessem realizado obra que atestasse a sua competência e o seu saber. Entre estes estava indicado ouvir a palavra autorizada do velho engenheiro-mor Manuel da Maia, o mestre do Aqueduto das Águas Livres, o zeloso salvador da Torre do Tombo, de quando do terramoto, instalada ao tempo no Castelo de S. Jorge.

Sob a superior orientação desse engenheiro militar fez-se primeiro um plano geral da cidade; para servir de base à sua reconstrução e seguidamente pôs-se a obra a realizar

ao cuidado da imaginação dos architectos da época. Algum tempo depois são apreciados os projectos apresentados para a reedificação da Baixa de Lisboa, sendo escolhido o da autoria do architecto Eugénio dos Santos e Carvalho, por ser o mais amplo, e de mais lógica concepção.

Apreciado hoje (volvidos mais de duzentos anos, através dos quais se deram os mais imprevistos acontecimentos citadinos, sob o ponto de vista urbanístico e surgiu uma corrente interminável de progressos materiais imprevisíveis naqueles tempos), é de pasmar o poder de imaginação desse extraordinário architecto, que pareceu visionar as necessidades futuras duma grande cidade — em matéria de espaço — desenhando tão desafogados arruamentos e praças perfeitamente aceitáveis para as exigências do trânsito actual e o crescimento incessante dessa espécie de formigueiro humano que transborda por toda a parte; de igual modo pasma a esclarecida visão dos homens que aprovaram a execução do vasto plano, tão inteligentemente gizado, e surpreende a coragem dos que proporcionaram os meios materiais, para tornar real a monumental obra, que fez de Lisboa uma das mais belas capitais do mundo.

Aprovar um projecto de semelhantes proporções gigantescas é já de si uma decisão arrojada, mas dar-lhe execução e com a rapidez com que o fez, naqueles recuados tempos, parece simplesmente inconcebível. É um exemplo do vigor da raça que se deve citar e divulgar briosamente.

O verdadeiro fenómeno — porque assim se deve considerar essa empresa restauradora, no lamentável período de penúria financeira em que ficara o País, quando se extinguiram os faustos ruinosos de D. João V — ficou-se devendo ao comércio de Lisboa e à coragem e sagacidade desse discípulo de Colbert, primeiro Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal.

O Comércio era então a única classe com capacidade realizadora existente no País, e, consequentemente, essa circunstância dava-lhe o direito de salientar uma opinião de respeitar — e foi isso que sucedeu, pondo-se voluntariamente ao dispor de Sebastião José de Carvalho e Melo, disposto a suportar um encargo de 4 % em todas as mercadorias importadas; desconto que Pombal aceitou, segundo decreto de 2 de Janeiro de 1756; isto poucos meses antes do estadista ser investido nos poderes de secretário do Estado dos Negócios do Reino, por morte do velho Pedro da Mota e Silva. Este desconto proporcionou a realização de somas avultadíssimas, com as quais se construíram ou restauraram igrejas, monumentos sacros e muitos edifícios públicos, entre estes a Alfândega, os Arsenais, a Cordoaria Nacional, os Paços do Concelho, e no Terreiro do Paço as vastas instalações que permitiram centralizar os serviços de todos os ministérios e mais repartições do Estado.

O antigo Terreiro do Paço da Ribeira, designado Praça do Comércio em homenagem perpétua ao Comércio de Lisboa, seu benemérito, é muito maior que a praça

anterior e mede 177 por 192,5 metros, ladeado por 86 arcos. A traça dos extensos blocos, a estátua equestre e o arco da Rua Augusta, com o estuário do Tejo em frente, formam um conjunto surpreendente de beleza que goza da justa fama de ser, depois da Praça de S. Pedro, em Roma; a da Concórdia, em Paris; e a de S. Marcos, em Veneza, a mais harmoniosa do mundo.

Por certo, nada poderia entusiasmar tanto Pombal como o apoio dos comerciantes de Lisboa nas grandes obras de reedificação da cidade, dada a sua preponderância no meio; e não é menos certo também que a laboriosa classe queria sem delongas retomar a sua actividade, até em maior escala. Queria mesmo fazer da sua Lisboa uma espécie de bazar da Europa com a sua expressão típica, por virtude dos abundantes e variados produtos orientais já tradicionais nos estabelecimentos das arcadas da Capela do Paço da Ribeira.

O futuro Conde de Oeiras corresponde ao desejo do comércio decretando no sentido de tudo se fazer com rapidez e sem embaraços. Quase simultâneamente, por toda a parte se trabalha na reconstrução de Lisboa, mas na Baixa e imediações tudo obedece ao plano de Machado de Castro, o criador de Lisboa pombalina. Lisboa transforma-se numa grande fábrica em plena laboração, onde todos os braços são poucos para erguer a cidade. De toda a parte do País se emigra para a capital, e todos os homens válidos ganham dinheiro. Assim, à medida que Lisboa se levanta das ruínas vai também aumentando de população, que por sua vez se vai especializando nas mais variadas artes e officios; o nível de vida sobe, com ele vem o bem-estar da família menos abastada, cria-se uma mentalidade nova, moderam-se os costumes, disciplinam-se alguns hábitos, e a pouco e pouco se modifica a feição moral e social do meio.

À medida que se aprontavam os edifícios em construção nas ruas da Baixa, assim os lojistas iam abrindo as suas lojas, mas de harmonia com um plano estabelecido de acordo com a natureza do negócio, que no final tinha a seguinte ordem: Rua Augusta para o comércio de lã e seda; Rua do Ouro, para os ourives do ouro e relojoeiros; Rua da Prata, para os ourives da prata; Rua dos Fanqueiros para os comerciantes de fancaria e louçaria; Rua dos Douradores, para os douradores, batedores de folhas, latoeiros, mercarias e botequins; Rua dos Correeiros e Sapateiros, para os officios de torneiro, correeiro, seleiro e sapateiro; Rua dos Capelistas (Comércio), para os antigos lojistas do Pátio da Capela do Paço da Ribeira, e os mercadores de louças do Oriente, de chás e artigos do seu comércio; Rua de S. Julião, para a venda de fatos feitos; Rua da Conceição, para os retrozeiros; Rua de S. Nicolau e da Vitória, para os comerciantes de quinquilharias; Rua da Assunção, para os sirigueiros, e Rua de Santa Justa, para os comerciantes de lã e seda, como a Rua Augusta.

46

O xadrês formado pelo cruzamento das sete ruas no sentido norte-sul, com as outras sete no sentido este-oeste, foi, como se vê, ocupado ou dedicado às profissões mais

activas da época; o mesmo será dizer que o coração de Lisboa estava na posse da classe que conquistara a sua carta de Alforria com a reconstrução da cidade e a legislação pombalina que se seguiu, e que veio a chamar-se classe média.

Em 1760 morre Eugénio dos Santos, sem ter tido tempo de mandar executar totalmente o seu projecto, mas tal como sucederá na morte do grande ministro Duarte Pacheco, também então surgiu quem tomasse o comando das grandes obras do governo de Pombal: foi o engenheiro húngaro Carlos Mardel, já português pela afeição ao nosso país, onde vivia desde 1732. Com a mudança de chefe não há quebra de ritmo nos trabalhos em curso, tudo continua à risca o projecto de Eugénio dos Santos; mas, poucos anos depois morre também Carlos Mardel, longe, muito longe da conclusão dos trabalhos.

Com a morte de Mardel assume a superior orientação da execução das obras o architecto Reinaldo Manuel dos Santos, da chamada Escola de Mafra, e que foi architecto das igrejas de S. Nicolau e dos Mártires, e também, com Mateus Vicente, da Basílica da Estrela. A Reinaldo Manuel cabe a honra de concluir a reedificação de Lisboa, na qual trabalhou durante 27 anos, até 1790, quando morreu.

Nem tudo, porém, estava como hoje se vê na Praça do Comércio, nesses últimos anos do século XVIII; faltava concluir a extremidade da parte ocidental, que só ficou definitivamente pronta meio século depois; e o arco do triunfo, iniciado em 1755, foi terminado após cem anos. A estátua equestre, símbolo de um reinado de vinte e sete anos e glória de um «Reformador», que a fortuna bafejou com um ministro excepcional até na violência, fora inaugurada vinte anos depois do terramoto.

Pelo que se escreveu ao redor desse belo exemplar de arte levantado no Terreiro do Paço, nunca Lisboa viu manifestação de regozijo com semelhante imponência e tanto esforço humano, como o da inauguração da estátua de D. José. Nesta tarefa se levaram 18 dias de trabalho e de festa. Uma multidão imensa de homens ocupou-se durante quatro dias no duro encargo de puxar pelo «cavalo branco de D. José», com o peso de 36 toneladas de bronze, do Campo de Santa Clara para junto do seu pedestal. Saiu da fundição na madrugada do dia 22 de Maio e à meia noite estava no local do actual Hospital da Marinha, donde retomou a sua marcha lenta na manhã seguinte, para tornar a parar à meia noite na Rua dos Remédios, e daqui também de manhã para ficar nessa noite no Chafariz do Rei, donde fez o seu último percurso para o Terreiro do Paço. Esta praça encontrava-se pomposamente ornamentada, onde a Corte, e o Marquês de Pombal, com as suas comitivas, tudo em grande estado, aguardavam a chegada da grande estátua.

Durante os dois dias anteriores ao do início da marcha do moroso cortejo toda a cidade foi informada do grande acontecimento e iluminada profusamente. Lisboa em peso acorreu para assistir ao espectáculo, e a puxar, se lhe permitissem, pelas cordas que arrastavam a enorme zorra carregada com a estátua da autoria do mestre Machado de Castro. Regimentos de infantaria desfilarão da fundição ao Terreiro do Paço, enquanto as tropas de cavalaria ocupavam as embocaduras das ruas para conterem a multidão.

Assim começou o cortejo, segundo nos descreve Luciano Ribeiro, na sua conferência realizada no Palácio Galveias, em 19 de Dezembro de 1938, sob o título «Machado de Castro e a Estátua Equestre»:

«Primeiro seguia um esquadrão de cavalaria, atrás do qual 24 cavalos da Casa Real, todos ricamente ajaezados, transportando grandes ceirões cheios de flores destinadas a alcatifar as ruas, cobertos de panejamentos de veludo carmesim e levados à rédia por moços da real câmara.

Em seguida, carros com pipas de água, cordas e instrumentos de prevenção. Logo atrás os ministros de Estado, fidalgos, marechais, oficiais superiores, ministros dos tribunais, o juiz do povo com o seu escrivão; a Casa dos Vinte e Quatro, oficiais de Fazenda do Arsenal do Exército, os mestres da fábrica; o comissário de Mostras, Bartolomeu da Costa mestre da fundição, Machado de Castro, Reinaldo Manuel dos Santos, João dos Santos, sota-patrão da Ribeira das Naus, encarregado de levantar a estátua até à altura do pedestal. Depois seguiam mais de mil trabalhadores enfeitados com flores no peito e no chapéu e outros em duas alas para puxarem as cordas da zorra que conduzia a estátua. Além dos trabalhadores puxavam também as cordas toda a corporação da Casa dos Vinte e Quatro, precedidos do seu Juiz do Povo, pessoas da corporação das Obras Públicas, precedidas do seu Conselheiro Fiscal Joaquim Saraiva da Cruz Sobral.

Foi este conselheiro, com o Marquês de Pombal, que descobriram a estátua coberta de carmesim diante do mais austero estadão da corte e da fidalguia do tempo, na tarde do dia 6 de Junho de 1775, data em que D. José completara 60 anos de idade. Por último as tropas, sob o comando superior do Conde de Lippe, desfilaram em continência junto do soberbo monumento. Estava feita a inauguração. A família real retirou-se em seguida, mas a festa continuou ruidosamente e prolongou-se até ao dia 8.

O Marquês, que já contava 76 anos, assistiu nesses faustosos dias à coroação máxima da sua glória — o supra-sumo da ventura galvanizadora de uma vida de actividade, dureza e inteligência ao serviço do seu Portugal.

Bem amargos foram, porém, ao velho Sebastião José de Carvalho e Melo, esses dias de coração em festa, logo após o falecimento do seu rei. O maior estadista que até então se sentara nas cadeiras do poder e que levantara o nome de seu país à admiração das outras nações da Europa fora ultrajado e desterrado para a Vila de Pombal, onde morreu minado de desgostos. O seu medalhão de bronze existente na estátua de D. José, passou a ser constantemente apedrejado, até que D. Maria I o mandou substituir pelas caravelas da cidade; daí o dizer-se «adeus Portugal que vais à vela». A esfinge do grande estadista só em 1833 voltou ao seu lugar — homenagem de D. Pedro IV ao marechal Saldanha, neto do Marquês.

48 A estátua de D. José, fundida num só jacto, sob a orientação superior do tenente-general Bartolomeu da Costa, notável engenheiro fundidor, foi a primeira estátua de bronze fundida em Portugal. Mede, com pedestal, feito de pedra lioz de Pero Pinheiro, 14 metros de altura.

À direita da figura proeminente vemos simbolizado o Triunfo, conduzindo com a mão direita o cavalo que pisa os inimigos, e erguendo com a esquerda a palma da Vitória; à esquerda a Fama, com a trombeta em punho, acompanha o elefante avançando sobre um homem prostrado. Na face norte do pedestal contempla-se um admirável baixo-relevo de pedra, representando a Generosidade Régia, erguendo as ruínas da cidade.

Este belo monumento, centro da vasta e harmoniosa Praça do Comércio, seria insuficiente para a tornar uma das mais equilibradas do mundo se não fosse completada pelo soberbo arco da Rua Augusta, projecto do architecto Veríssimo José da Costa.

As figuras alegóricas esculpidas no mármore do Arco do Triunfo, desse arco que dá uma nota monumental à baixa de Lisboa, foram executadas pelos escultores Vítor Bastos e o francês António Calmels. São da autoria do nosso compatriota as duas figuras laterais sentadas, que representam a da direita o rio Tejo, a da esquerda o Douro; as outras duas do lado do Tejo, o Marquês de Pombal e Vasco da Gama, e as do lado do Douro, Nuno Álvares e Viriato. As três figuras superiores são do escultor francês: a central representa a Glória, e as laterais o Génio e o Valor recebendo a coroação daquela.

Estes dois monumentos de arte: o do D. José e o Arco levam um século de diferença, por isso as figuras deste último apresentam essa mesma diferença, mas ambos foram executados por artistas de extraordinário talento. Machado de Castro enriqueceu Lisboa com uma vasta e preciosa obra escultural que a cidade se orgulha de possuir.

Vítor Bastos foi um vigoroso mestre da sua arte e legou-nos uma obra majestosa. Sendo pintor, quis também ser escultor e preparou-se para ser professor da Academia de Belas-Artes, para o que foi aprovado, mas logo rejeitado pelo Conselho de Instrução Pública, por não ter ainda feito nenhuma estátua. Isso valeu-lhe executar um baixo-relevo de tal valor artístico que foi adquirido por D. Pedro V, que ainda o condecorou com o hábito de Cristo. Foi autor de numerosos trabalhos, entre os quais: as estátuas do Conde das Antas, de D. Pedro V de Castelo de Vide, Luís de Camões, em Lisboa, e as oito estátuas que o rodeiam; e muitos bustos de figuras célebres. Foi também professor da Academia.

O parisiense António Calmels foi outra grande figura na arte de esculpir. No seus país celebrizou-se com as estátuas: a «Guerra» e «Guttemberg» e os magníficos baixos-relevos da igreja de S. Maurice, de Lille, diversos grupos para Louvre e muitos trabalhos para alguns dos principais edifícios de Paris. Em Portugal, além das peças do Arco do Triunfo, executou a estátua de D. Pedro IV do Porto, e o frontão dos actuais paços do concelho da cidade, construídos sob o projecto do architecto Domingos Parente da Silva, em substituição dos que foram devorados pelo incêndio de 1863.

Pelo valor artístico e significado histórico deste frontão vale a pena tentar a sua descrição, baseada, naturalmente, em elementos já existentes.

O grupo central é constituído pelo escudo das armas da cidade, encimado pela coroa mural e duas estátuas, representando uma o Amor da Pátria e outra a Liberdade.

Este grupo destacado do resto da composição, ergue-se sobre um degrau pousando directamente na cornija do tablamento. O Amor da Pátria, colocado à direita das armas, está simbolizado num mancebo com uma coroa de louro, que tem na mão direita a haste da bandeira nacional que parcialmente o envolve, e calca com um pé o escudo dos mouros. A esta figura é que o povo chama frontão sem saber que ele personifica o Amor da Pátria. A seu lado está o Altar da Pátria, no qual se lêem: Deus, Pátria, Honor, Abnegatio, Scientia. A Liberdade, vestida de longa túnica, pisa um jugo partido e um escudo voltado, emblemas das suas vitórias sobre o absolutismo. Com a mão direita apoia o escudo da cidade, e com a esquerda sustenta um ramo de oliveira com que protege a urna eleitoral, assente na carta constitucional. As asas da urna são os dragões da Casa de Bragança, a recordar que a D. Pedro IV se deve o regime constitucional em Portugal.

Correndo a vista pela estátua da Liberdade, vê-se atrás desta, sobre a esquerda, um prelo, livros e uma urna eleitoral que simbolizam a força moral. O dado que está por baixo das armas da cidade é um emblema de força e duração; diante desse emblema observa-se o barrete tradicional, o Arco e a Aljava de Ulisses que aludem à fundação de Lisboa; por cima do barrete, três coroas triunfais se entrelaçam, lendo-se nelas as seguintes inscrições: Pombal 1755, A. Henriques 1147 e D. Pedro IV 1834; o escudo da cidade apoiado nas folhas da coroa de Pombal significa que foi ele que salvou Lisboa das ruínas do Terramoto.

A Ciência, que se encontra junto do mancebo no segundo plano, no grupo lateral da direita, e sentada no solium, apoia-se sobre um livro; tem na mão esquerda um compasso e com a direita levanta o facho para alumiar a Navegação que está à sua direita. A Navegação, que se reconhece pela coroa rostral e pelo navio em luta com o Oceano no momento que descobre o Brasil, segura com a mão direita a auriflama portuguesa, e batendo com a haste daquela no escudo do país descoberto faz surgir Santa Cruz; com a mão esquerda está pronta a defender o golpe do Oceano, representado por uma figura máscula sobre um cavalo.

O hipocampo ou cavalo-marinho pisando juntamente com a borda da embarcação a túnica arrancada ao mastro partido do navio, recorda as peripécias do descobrimento de Pedro Álvares Cabral. A bóia, os cabos e os remos, no ângulo do frontão, representam o porto de Lisboa.

50 Junto à estátua da Liberdade, no grupo da esquerda, vemos o Comércio meio sentado nuns fardos, para exprimir que nunca pára completamente o seu labor; com a mão direita segura o caduceu e põe a esquerda no ombro da Indústria em sinal de protecção. Esta, sentada numa bigorna, tem na mão direita um martelo apoiado à extremidade inferior da insígnia de Mercúrio para significar a aliança da Indústria com o Comércio. Por detrás da Indústria vêem-se um tear e um cortiço a simbolizar o trabalho, e uma locomotiva a significar intensidade de tráfego terrestre. Mais além, à esquerda da estátua da Indústria, e no primeiro plano, a Abundância descuidada encosta-se à base do cortiço e ergue com uma das mãos a cornucópia a representar também a agricultura.

A tudo isto acrescentam-se ainda alguns atributos de Belas-Artes, que se vêem no ângulo do frontão: um capitel, uma lira, uma máscara, uma paleta, um livro, uma ferramenta de escultor e um rolo de desenhos.

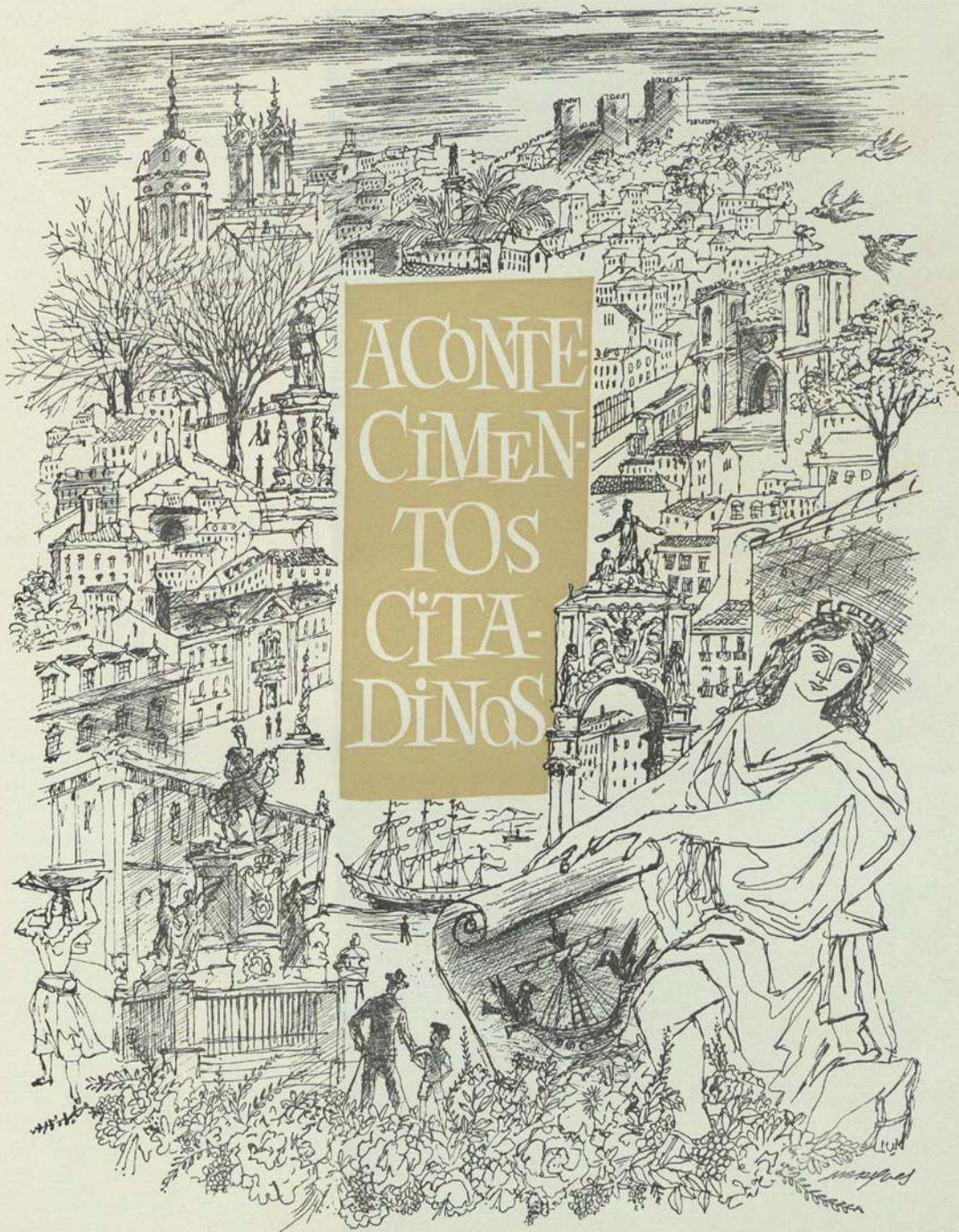
Esta complicada e expressiva composição escultural encerra, com o maior vigor, brilhantes e dolorosas páginas da nossa história: feitos que recordam as lutas pela constituição da nacionalidade, independência da Pátria, a expansão portuguesa no mundo, a reconstrução de Lisboa, as desavenças fratricidas, as actividades de uma nação inteira; tudo aí ficou a eternizar homens e factos que jamais se apagarão do puro sentimento da alma portuguesa.

Joaquim António Nunes.



LISBOA NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

A secção «A Voz da Cidade», que figurou na «Revista» durante anos, passou agora a intitular-se «Lisboa na Rádio e na Televisão». A mudança tem justificação no facto dos assuntos da Cidade, quer os informativos, quer os de natureza literária, beneficiarem, desde Junho do ano passado, de mais larga divulgação. Juntamente com o programa da Emissora Nacional — «A Voz da Cidade», recentemente suprimido, mas que reaparecerá noutra Estação — o público tem encontrado, na Radiotelevisão Portuguesa, em sequência regular, vários documentários intitulados «Isto é Lisboa», produzidos e orientados pelos Serviços Culturais da C. M. L.



ACONTE-
CIMEN-
TOS
CITA-
DI-
NOS



UM ASPECTO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO QUANDO FALAVA O PRESIDENTE, SR. BRIGADEIRO FRANÇA BORGES

MANIFESTAÇÃO DE AGRADECIMENTO AO GOVERNO PELA DECISÃO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DE HAIA, ORGANIZADA PELA C. M. L.



DEFILE DA MULTIDÃO, LEVANDO À FRENTE A PRESIDÊNCIA DA C. M. L., VEREADORES, ETC

DIRIGENTES E ALUNOS FINALISTAS
DA ESCOLA COMERCIAL E INDUSTRIAL DO
FUNCHAL APRESENTAM CUMPRIMENTOS
AO SR. PRESIDENTE DA C. M. L.

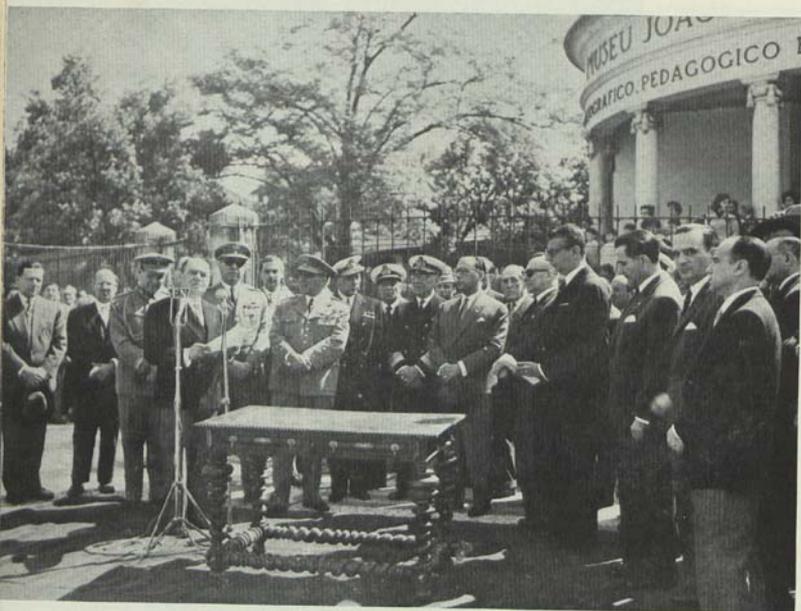


VISITA DA VERAÇÃO, IMPRENSA E T. V.
AO B. S. B.—O COMANDANTE DO BATALHÃO,
MOSTRA UMA PRAÇA EQUIPADA
COM O NOVO FARDAMENTO PARA SERVIÇO
EM TEATROS, CINEMAS, ETC.

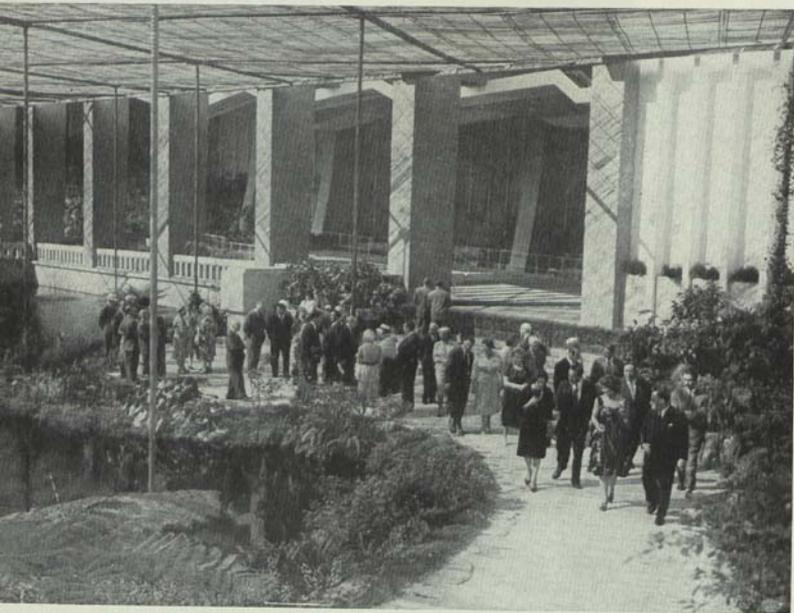


VISITA DA VERAÇÃO, IMPRENSA E T. V.
AOS SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIAIS—
DEMONSTRAÇÕES COM O NOVO CARRO
PARA REPARAÇÕES NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA





ANIVERSARIO DO
DESCOBRIMENTO DO BRASIL—
O SR. PRESIDENTE DA C. M. L.
DISCURSA NA CERIMÓNIA
REALIZADA JUNTO DO
MONUMENTO A PEDRO
ALVARES CABRAL



RECEPÇÃO DA C. M. L.,
NA ESTUFA FRIA, AOS
ENGENHEIROS INGLESES
QUE VISITARAM LISBOA

ANIVERSÁRIO DA DESCOBERTA DO BRASIL
— O SR. PRESIDENTE DA C. M. L., MINISTROS
DA MARINHA, DA EDUCAÇÃO NACIONAL E
REPRESENTANTE DO EMBAIXADOR
BRASILEIRO PERFILADOS JUNTO
AO MONUMENTO A PEDRO ÁLVARES CABRAL,
QUANDO SE TOÇAVA O HINO BRASILEIRO



COM O PATROCÍNIO
DA C. M. L., OS ARTISTAS DO
TEATRO NACIONAL
APRESENTAM
«O PROCESSO DE JESUS»
NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS



A S S I N A N D O
O L I V R O D E H O N R A

V I S I T A D O P R E S I D E N T E S U E K A R N O A O S P A Ç O S D O C O N C E L H O



A D E S P E D I D A
D O S D O I S P R E S I D E N T E S

UM ASPECTO DA CERIMÓNIA
DA INAUGURAÇÃO DE UMA LÁPIDA NO
PRÉDIO DA CALÇADA DA ESTRELA, 183,
ONDE VIVEU E FALECEU EDUARDO SCHWALBACH



OS COMPONENTES DO CORAL POLIFÓNICO
«FOLHAS NOVAS», DA CORUNHA,
JUNTO DA PRESIDÊNCIA E
VEREAÇÃO DA C. M. L., NO DIA
EM QUE APRESENTARAM CUMPRIMENTOS



NA VISITA DO «MAYOR» DE FALL RIVER,
O SR. JOHN ARRUDA OFERECE A CHAVE
DA SUA CIDADE AO SR. PRESIDENTE DA C. M. L.





INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE FLORICULTURA
COM A PRESENÇA DO CHEFE DO ESTADO



OS COMPONENTES DO CONJUNTO FOLCLÓRICO
DE ANGOLA, «FOGO NEGRO»,
EXIBINDO-SE NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS



VERANEANTES ESPANHÓIS DA «EDUCACIÓN
Y DESCANSO» APRESENTAM CUMPRIMENTOS
AO SR. PRESIDENTE DA C. M. L., QUE LHE
OFERECE UMA PUBLICAÇÃO SOBRE LISBOA



DIA DE PORTUGAL—O MONUMENTO DE LUÍS DE CAMOES ARTISTICAMENTE DECORADO PELA C. M. L., EM HOMENAGEM AO GRANDE ÉPICO

INAUGURAÇÃO DO ARRAIAL DA BICA—O SR. VICE-PRESIDENTE E VEREADORES, COM A DIRECÇÃO DO «MARÍTIMO» EM PLENO ARRAIAL





CONFERENCIA DO SR. ENG. CARLOS BAETA NEVES, «AS FLORES E OS INSECTOS», PROFERIDA NO SALÃO NOBRE DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CONFERENCIA DO SR. DR. CORTES PINTO, «O SANTO DE LISBOA E O INFANTE DE SAGRES», REALIZADA NO SALÃO NOBRE DO MUNICIPIO



O SR. PRESIDENTE
DA C. M. L. DISCURSANDO



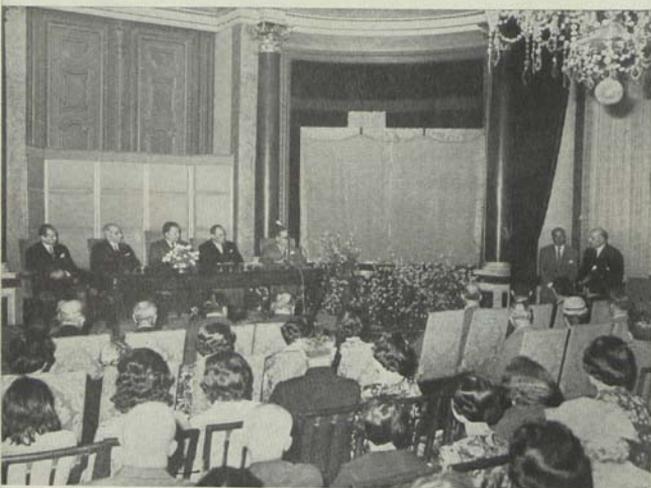
COPO DE ÁGUA OFERECIDO PELA C. M. L. ÀS NOIVAS DA MANHÃ DE SANTO ANTÔNIO

UM ASPECTO NA ESTUFA FRIA





O SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
VISITA A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE
FLORICULTURA, NA TAPADA DAS NECESSIDADES
— JUNTO DO BUSTO DO INFANTE D. HENRIQUE



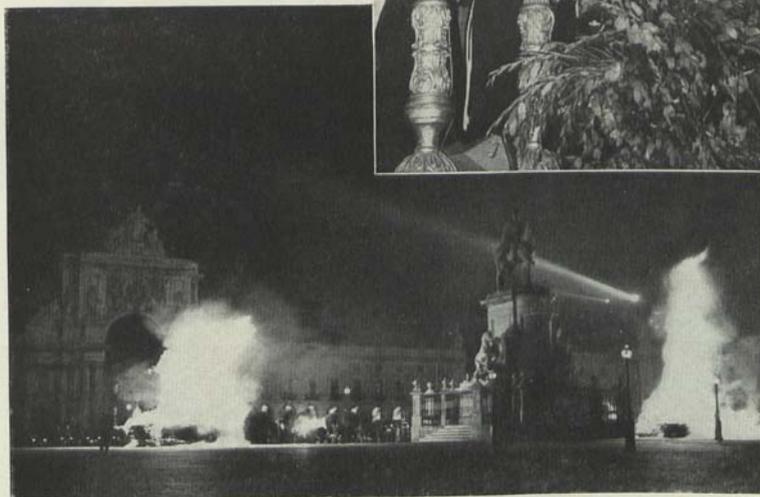
CONFERENCIA DO SR. ENG.º ANDRÉ NAVARRO,
«FLOR DO BEM E FRUTO DO MAL»,
REALIZADA NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO



ALMOÇO DE HOMENAGEM AOS MEMBROS
DO JÚRI DA X EXPOSIÇÃO NACIONAL DE
FLORICULTURA — O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE LISBOA, DISCURSANDO

PROCISSÃO DE SANTO ANTÓNIO

A IMAGEM A BORDO
ANTES DO CORTEJO FLUVIAL



UM ASPECTO DAS
DUAS FOGUEIRAS
GIGANTES
NA PRAÇA DO
COMÉRCIO



A IMAGEM
NO CARRO QUE
A TRANSPORTOU
PARA BORDO DO
«RIO JAMOR»



VÁRIOS ASPECTOS DAS
CORRIDAS DE OFÍCIOS

P E J X E I R A S



G A L I N H E I R A S



V E N D E D O R E S D E J O R N A I S



TURISMO EM PORTUGAL E, PARTICULARMENTE, EM LISBOA ALGUNS CONFRONTOS ENTRE VÁRIOS PAISES

O turismo não deve ser apreciado só com o carácter meramente nacional, mas sim internacional, pois que pelo seu desenvolvimento presente abrange todos os países. A sua expansão e seu alcance são bem notórios.

Assim faz turismo todo aquele que se desloca de Lisboa à Província, ou ao Estrangeiro e vice-versa, com o intuito firme de se divertir e adquirir maior cultura, semeando divisas que têm importância na economia do país a que respeita.

As disponibilidades, principalmente monetárias, ligadas ao impetuoso desejo de viajar; a curiosidade de ver e observar tudo quanto estiver ao seu alcance; tudo que outros lhe indicaram, ou conseguiu ler em qualquer livro, são elementos a considerar para se fazer bom turismo.

Dentro de cada país, o engrandecimento dos portos e aeroportos e os serviços que eles possam prestar também muito tem contribuído para o seu cada vez maior aproveitamento, facilitando desta forma o seu uso para fins turísticos.

Igualmente as auto-estradas, ou suas semelhantes e os caminhos de ferro também desempenham um papel idêntico.

Em tempos idos, nos tempos da mala-posta, quer devido aos meios de transporte, quer pelas vias de comunicação, exíguas carreiras, só se deslocava de um local para outro quem tinha precisão de o fazer, sujeitando-se a todos os incómodos, contratempos e percalços que às vezes roçavam pela tragédia.

Foi só no século passado, com os maravilhosos inventos do caminho de ferro e do navio a vapor, que os transportes por terra e por mar passaram a ter maior desenvolvimento, permitindo acelerar a marcha, ao mesmo tempo que os caminhos (estradas) eram melhorados, para aqueles que ainda aproveitassem as rodovias, usando então da tracção animal.

Estes factos levaram a uma maior aproximação entre os povos e assim, como exemplos, as Exposições de Paris em 1900 e a de S. Luis (nos Estados Unidos da América) em 1904, mostravam bem o papel que desempenharam, naquelas épocas, sob todos os aspectos, principalmente social e económico.

Mais tarde todos os meios de transportes rápidos se desenvolveram com o emprego corrente do automóvel, avião e grandes paquetes, para se tornarem no que hoje são, onde milhões de passageiros percorrem por ano todo o Mundo, quer como turistas, quer como negociantes, quer como congressistas, ou outras ocupações.

Tudo isto levou as autoridades de todos os países a intervir e regularizar a prática do turismo, criando organismos próprios que empregam bastante pessoal ao seu serviço dando trabalho a muita gente.

Entre nós existe o «Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo» (SNI).

Na Itália há a «Ente provinciale per il Turismo».

Em França existe o «Bureau National de Renseignement de Tourisme».

Em Espanha «Oficina de Informacion de la Direccion Generale del Turismo».

E aparece-nos assim o turismo tal como hoje é considerado, um simples vocábulo gramaticalmente falando, mas que na mente de cada um encerra uma complexidade de factores, que o tornam um assunto de difícil solução.

Viajando, alarga-se o mundo dos nossos conhecimentos, dando-se mais um passo para melhor conhecimento do universo;

Viajando, o turista satisfaz a sua curiosidade pelo que se lhe depara diante dos seus olhos, extasia-se perante aquilo que o seu espírito vê, parecendo-lhe, por vezes, que está sonhando;

Enfronhado nos encantos de um livro que trate de viagens, mais lhe apetece viajar e bastas vezes é levado a tentações, como seja uma viagem pelo espaço, num avião, ou teleférico, em vez do confortável e rápido automóvel, para colher novas sensações.

Ver coisas novas, sentir a impressão que essas coisas produzem na sua alma, variar o meio em que esses momentos passam na sua vida, são tudo factores a ponderar.



O turismo pode ser exercido em grandes, ou pequenos grupos, como uma família, ou mesmo o indivíduo isolado.

Tratando-se de turistas em avião, ou paquete, as visitas só atingem os portos de escala e os locais a visitar limitam-se a pequenos circuitos realizados em automóvel, como por vezes acontece entre nós com as visitas a Fátima e Nazaré e circuitos dos arredores de Lisboa.

Quanto ao caminho de ferro, já há uma maior liberdade de acção, pois os turistas podem realizar o seu passeio em várias etapas e efectuar pequenos circuitos em lugares escolhidos, utilizando então o automóvel, o que será exemplificado mais adiante.

São em geral as agências de viagens que organizam estes circuitos.

Outros turistas servem-se do automóvel ligeiro, quando são poucos, ou do autocarro sendo em maior número, efectuando o que se tem designado por excursão.

O hábito de viajar e as suas possibilidades já apareceram há algum tempo, como tive ocasião de relatar, em artigos desta Revista, mas a palavra turismo só apareceu modernamente com as viagens ultra-rápidas e em maior escala.

O verdadeiro turismo, aquele cuja curiosidade mais prende o turista, é o realizado em terra e principalmente de automóvel ligeiro. O caminho de ferro não pode galgar montanhas e, em terreno acidentado, como em Itália por exemplo, passa de túneis a viadutos e destes novamente a túneis. O automóvel, sim, esse atravessa serras, passa por desfiladeiros, leva-nos a todos os pontos de interesse turístico; por essa razão só passaremos a tratar para diante deste meio de transporte e nos grandes deslocamentos.

Quando se trata de excursões, no que respeita a alojamento e alimentação há duas modalidades. O organizador da excursão encarrega-se de todas as despesas como sejam, além das duas já citadas, o pagamento do transporte, bagagens, gorjetas, entradas em museus, etc.

Neste caso o turista não tem quaisquer preocupações e poderá talvez ter mais tempo disponível.

Na outra modalidade o organizador cobra somente a passagem no autocarro, ficando todas as restantes despesas a cargo do turista.

Nem todo o turista se preocupa demasiado com algumas comodidades, como acontece com indivíduos da classe média que procuram divertir-se com um menor dispendio de dinheiro, procurando instalações de categoria inferior. Outros, pelo contrário, desejam ter todas as comodidades possíveis, ainda que tenham de pagar mais, procurando bons alojamentos.



São condições a considerar para que o turismo desempenhe cabalmente o seu papel, as seguintes condições características: publicidade; facilidades nas fronteiras e consulados; boas comunicações e abastecimentos de carburantes; conforto nas instalações; estacionamento dos carros; ambiente; velocidade a dar ao carro; clima; visitas, etc.

A *publicidade* não deixa de ter grande importância dada pelos organismos oficiais, ou pelas agências de viagens para todos aqueles que conseguem meios de viajar, o que os torna muitas vezes indecisos na direcção a tomar. Faz-se, através de cartazes, dos jornais, do livro, da fotografia, no cinema, na radiodifusão e na televisão. Faz-se, realizando Exposições, ou Feiras, nas quais se efectuam festas com nacionais ou estrangeiros, usando folclore, ou não; faz-se, utilizando todo aquele que se sentiu bem disposto, depois de uma viagem e transmite a outrem as suas impressões; faz-se, realizando passeios turísticos, aonde se levam congressistas, entidades de elevada categoria, ou representação.

As *facilidades* são sempre bem vistas pelos turistas, como sejam a abolição dos vistos nos passaportes. Outras são a actuação das alfândegas nas passagens das fronteiras. As atenções prestadas pelos sineiros. A sinalização bem feita, etc.

Quando em 1958 atravessei as fronteiras de Espanha, França e Itália nos dois sentidos, observei a pouca atenção que nos postos de fronteira, incluindo os nossos, se preocupam as alfândegas com os passaportes e bagagens. Somente a Polícia Internacional se limitava a tomar nota dos nomes das pessoas, para o que bastava um quarto de hora, desde que se levassem uns impressos já preenchidos.

Boas comunicações e abastecimento de carburantes — Quanto a este assunto temos que o dividir em duas partes: na estrada, ou nas povoações. — Na estrada, ao turista só interessa a auto-estrada, ou estradas de 1.ª categoria. Abstraindo dos panoramas que se disfrutam e que em geral outros meios de locomoção não possuem, o turista procura vencer a distância no menor tempo entre dois locais a visitar.

Foi nestas condições, passando por Espanha, França e Itália e os percursos das fronteiras a Lisboa, que percorri em 32 dias a distância de 7.300 quilómetros em automóvel ligeiro com atrelado.

Em França e Itália, utilizando esplêndidas estradas, usa-se e abusa-se das velocidades, mas havia sempre o cuidado de não infringir as regras do trânsito. Principalmente nas curvas a faixa de rolagem está assinalada no asfalto a amarelo ou a branco, como em Portugal e nunca notei um automobilista sair da sua mão.

É frequente, devido ao enorme consumo de gasolina, encontrar nas estradas carros com combustível e com um e até dois atrelados. Também encontrei campos cheios de sucata de centenas de automóveis.

Nas estradas e até em lugares pouco ou nada povoados existem estações de serviço, algumas servidas por mulheres. Muitas destas estações chegam a ter bar-restaurante, boas instalações sanitárias e pequenas oficinas. Nunca a polícia de trânsito nos pediu documentos, ou nos mandou parar. Nas povoações existem, na extremidade do passeio, bombas de ferro com água tirada à manivela.

É natural em tão grande percurso que tivessem lugar acidentes com automóveis, mas nada vimos que tal justificasse.

Não se encontra um carro de tracção animal, porque este serve-se de estradas secundárias, como em França, principalmente utilizadas nos serviços rurais.

Por toda a parte se encontram pessoas em bicicleta, até crianças e pessoas idosas. Se se encontrar alguém a pé é porque próximo existe um povoado.

Em França tomam-se como auto-estrada as largas e bem conservadas estradas que de toda a parte, como Baiona, Perpilhão, Brest, Cherburg, Lille, etc., se dirigem a Paris. A passagem é gratuita. As auto-estradas não têm passagens de nível, nem atravessam povoações. A nossa estrada Lisboa-Cascais pode-se comparar com as estradas francesas de 1.^a classe.

Na Itália as auto-estradas são guardadas; a sua utilização é paga e nada barata. O acesso é feito somente em poucos sítios e nelas só transitam viaturas motorizadas. Tudo o mais é proibido.

Em Itália dificulta-se o acesso às auto-estradas, deixando-as em desnível com o terreno adjacente. Algumas, como a de Génova a Rapallo (50 km.) têm túneis e viadutos.

Percorri as seguintes auto-estradas italianas: Pádua-Venesa (30 km.) na qual não se paga o acesso por ser a única via existente; Bréscia-Milão (97 km.); Milão-Génova (160 km.); Lucca (perto de Pisa)-Florença (37 km.).

Os estrangeiros, tanto em França como na Itália, têm redução no preço de gasolina. Em Itália só se concedem 30 litros por dia.

Em Portugal só existe uma auto-estrada Lisboa-Estádio Nacional (Ribeira do Jamor). Presentemente está outra em construção de Lisboa a Vila Franca de Xira. Aquela tem dimensões bem menores que as de Itália, quanto à sua extensão.

No nosso país, as estradas que das fronteiras do Caia e Vilar Formoso se dirigem para o interior, têm sido alargadas e possuem hoje melhor visibilidade nas curvas que outrora.

A estrada Lisboa-Porto, a mais importante do país, não está nas condições de ser comparada às auto-estradas, apesar de ter grandes melhoramentos. Não tem sido reconstruída com os requisitos que as auto-estradas devem possuir.

Na Itália paga-se para percorrer as auto-estradas, como se disse, mas como são rectas, ou quase e permitem grandes velocidades, poupa-se tempo e despesa no carburante.

No que respeita às comunicações dentro das povoações, este assunto está ligado com as dificuldades no trânsito.

Devido ao grande acréscimo da população verificado nos meios urbanos, quer pela multiplicação dos habitantes, quer pelo maior número de operários que afluem às instalações industriais, quer pela menor mortalidade infantil, ou por maior longevidade das pessoas idosas, seja por todos estes motivos, ou outros, o que não resta dúvida é o aumento de ano para ano do número de habitantes das urbes e o número de automóveis que lhe é inerente.

Assim Lisboa nos últimos 50 anos viu duplicar, ou mais, a sua população. Hoje ela anda por 900.000 habitantes. Conclusão: dificuldades cada vez maiores no trânsito.

Instituíram-se os polícias sinaleiros e os sinais luminosos: demarcaram-se os sinais de passagem para peões; empregou-se o sentido único, ou faixas separadas principalmente em largas avenidas para a rodagem dos carros; empregaram-se grandes espelhos colocados a 45° em importantes cruzamentos; também em cruzamentos e para chamar a atenção, como entre nós já se utiliza no Largo do Corpo Santo, *usam-se lâmpadas amarelas com luz intermitente, em geral, suspensas*. Em suma uma série de providências de modo a atenuar, ou diminuir o número de desastres devido ao trânsito.

O acréscimo de automóveis contribui para uma existência maior de estações de serviço, oficinas, garagens, casas de venda de carros e seus pertences, etc., o que dará emprego a bastante gente e grandes lucros às empresas, favorecendo os automobilistas.

Quer as povoações sejam grandes, ou pequenas, torna-se necessário sinalizá-las convenientemente às entradas ou saídas desses locais. Em França, Itália e Espanha encontram-se letreiros com as indicações necessárias para se conhecer no meio dos arruamentos qual a direcção que devemos seguir. O princípio realizado é colocar o sinal quando há mudança de direcção. Não aparecendo o sinal o motorista segue sempre em frente.

Admite-se que na antiguidade o aumento progressivo de qualquer cidade se foi efectuando partindo de uma pequena região para a periferia em todas as direcções por meio de radiais, ligadas entre si por arruamentos que no seu conjunto apresentam formas arquiadas e tomam o nome de circulares.

É esta a fisionomia, ou o aspecto topográfico das povoações.

Paris tem a sua «Cité» com os boulevards interiores ligados entre si, facilitando assim a circulação e radiais. Estas, como sejam: os Campos Elísios e Rua Rivoli para oeste; Rua de St. António para leste; Boulevard S. Miguel para sul; Boulevards Sebastopol e Strasburgo para norte. Como circulares há: S. Germano, Italianos, Montmartre,

72

Templo, etc. Outras circulares mais afastadas formam outra rede.

Em Milão, na Itália, há com o nome de Corso, largas avenidas formando radiais e circulares. Roma não é bem assim, devido à sua grande antiguidade e às preciosidades

que contém um tanto espalhadas, não pode ter o aspecto das anteriormente citadas. No entanto tem radiais como Nova Via Apia, 20 de Setembro, etc. Em Madrid a partir do velho bairro de Santo Isidro e Praça Maior temos a Avenida José António e da Princesa, Calles de Toledo e Alcalá, Paseo de la Castellana, etc.

Assim se obtêm passagens fáceis para se sair das partes mais antigas cheias de ruelas estreitas e tortas (sinuosas).

Nas zonas mais afastadas do centro das cidades de maior importância em qualquer país, encontram-se ruas bem largas e praças amplas, não havendo dificuldades para o trânsito, o que é de bom agrado dos turistas.

Para atenuar as dificuldades no trânsito em cidades como Nápoles e Génova existem bastantes funiculares. Em Lisboa temos sómente três (Glória, Bica e Lavra), mas fazem falta mais dois pelo menos: um na zona do Castelo e outro para a Senhora do Monte, os quais serviriam respectivamente os habitantes do Castelo e Graça e os turistas que se deslocassem a pé. Também entre nós existem em Lisboa bastantes viadutos entre cruzamentos da via pública e que prestam excelentes serviços, como na: Rua do Alecrim; Avenidas Fontes Pereira de Melo e Roçadas, etc., facilitando assim o trânsito.

O que não temos em Lisboa e se encontram em Nápoles são passagens em grandes túneis, evitando-se rampas e portanto o acesso mais difícil. Na cidade do Porto temos o túnel junto ao tabuleiro inferior da ponte D. Luís I. Em Lisboa ainda se não abriu um túnel dos Restauradores ao Martim Moniz, sob a colina da Pena; do Martim Moniz ao Terreiro do Trigo, sob o Castelo de S. Jorge e dos Restauradores ao Corpo Santo, sob o Bairro Alto. O túnel da Estação do Rossio, com 2.800 metros, é bem maior que a zona dos outros três mencionados.

Lisboa para acompanhar o progresso teve uma mão de mestre que gizou um grandioso plano com circulares e radiais formando uma extensa rede de largas avenidas e ruas que permitem mais eficazmente o escoamento de automóveis através da cidade e que Hausmann o orientador dos boulevares de Paris, não faria melhor. Algumas partes das circulares já existem como: Moscavide-Encarnação; Rotunda do Aeroporto da Portela-Cabo Ruivo; Avenidas dos Estados Unidos da América e 28 de Maio; a antiga estrada de circunvalação e mais a Avenida Infante Santo-Rato-Conde de Redondo-Sapadores-Santa Apolónia. As principais saídas, ou entradas na cidade são as radiais que seguem a Moscavide e Encarnação e se reúnem em Sacavém na direcção do norte; Lumiar dirigindo-se para Loures; Benfica e Carnide para Sintra; auto-estrada e estrada marginal para Cascais e Estoril.

Em Portugal, a ligação com o sul do país é um caso especial a tratar e de capital valor para a Capital. Como se sabe, o estuário do nosso principal rio e que tanto tem contribuído para o engrandecimento de Lisboa, é ao mesmo tempo de um valor importante pelo papel que desempenha no famoso e formoso porto.

Mas não deixa de ser um grande obstáculo difícil de transpor, principalmente durante parte da noite, ou em ocasião de nevoeiro.

Lisboa sente a imperiosa necessidade de se ligar à outra margem, devido ao acréscimo da população não só pelo desenvolvimento do comércio e indústria, mas também pelo facto de muitos terem em Lisboa as suas ocupações e a residência na região de Almada.

Para os turistas tem alto significado a existência de transportes para Cacilhas para se conduzirem em auto ao sul do país, ou à península de Setúbal. De outra forma teriam que atingir a ponte de Villa Franca.

Porém, parece estar para breve o começo dos trabalhos a fim de se dar realização à grande necessidade de haver um meio contínuo de ligação entre as duas margens do Rio Tejo por uma ponte monumental a construir entre o Pragal e o Alto de Santo Amaro aproximadamente. Com este empreendimento ficaria em destaque toda a zona turística de Caparica e Trafaria, cujo progresso já hoje é notório.

Nestas condições é de esperar que dentro de um curto espaço de tempo, Cacilhas, Cova da Piedade, Almada e Pragal constituíram um espaço único formando a Nova Lisboa.

Mázió Xavier de Brito.

(Continua no próximo número).





FEIRA DE BENEFICÊNCIA DA ESTRELA

A abertura da Feira de Beneficência da Estrela na véspera de Santo António, foi um acontecimento de interesse popular de Lisboa. Milhares de pessoas se deslocaram até ao lindo parque, onde sabiam que haveria numerosos motivos de entretenimento. E tinham razão. As expectativas confirmaram-se amplamente. O parque de diversões apareceu com o sentido exacto que a palavra feira encerra: divertimentos sem conta, locais de recreio, barracas de géneros diferentes, recintos de baile, iluminação a jorros,

um teatrinho ao ar livre para sessões de cinema e espectáculos culturais e de variedades, restaurantes e instalações de propaganda comercial. Por sobre tudo isto, em arranjo cuidadoso e sempre com jeito educativo, as ruas principais estavam ornamentadas no sentido dominante do período henriquino, isto é, com motivos dos Descobrimentos, evocativos das páginas mais brilhantes da Epopeia. Conseguiram o panorama decorativo — e alcançaram-no com gosto inexecdível — os artistas José Espinho e Fred Kradolfer, que mais uma vez deram testemunho de competência e bom gosto, como aliás a Feira documentava a cada passo, a começar pela série de padrões dedicados aos feitos da incomparável aventura marítima dos portugueses.

Na véspera da abertura ao público, o recinto foi inaugurado oficialmente, com a presença dos srs. Ministro do Interior e Subsecretário da Aeronáutica, embaixador do Brasil, governador civil de Lisboa, representantes das Associações Comercial de Lisboa e Industrial Portuguesa, além de outras individualidades, que foram recebidas pelo sr. Aníbal David, vice-presidente da Câmara Municipal acompanhado por vereadores, directores de Serviços e outros funcionários superiores municipais. Muitos convidados estavam acompanhados de senhoras de família, a quem foram oferecidos manjericos com os tradicionais cravos, terminando a visita com a exibição do conjunto folclórico angolano «Fogo Negro», apresentado por Luís Montês, em danças, cantares e música da nossa província de Angola, o qual despertou viva curiosidade e geral agrado. A volta pela Feira causou a melhor impressão. A cada passo, os convidados paravam, para admirar os pormenores das decorações, que a todos mereceram palavras de muito apreço. José Espinho foi justamente cumprimentado, pela inteligente direcção dos trabalhos de embelezamento do jardim.

Outro aspecto do recinto, que despertou muito interesse, foi o aproveitamento da Feira para o prosseguimento da política de divulgação cultural em que o Município anda empenhado. No Teatro ao ar livre, o público teve ocasião de assistir a espectáculos gratuitos, ou mediante o pagamento de cinco escudos, de folclore, de teatro e variedades. Em vinte dias, contados desde 11 a 30 de Junho, registaram-se exhibições do maior agrado, sempre presenciados por público numeroso e entusiasta. O grupo «Fogo Negro», com o exotismo curioso e inédito das canções e danças nativas da província portuguesa de Angola, maravilhou quantos assistiram às apresentações, feitas nas noites de 11 e 22; juntamente com o Rancho Mirandês de Duas Igrejas, exibiu-se ainda em 13. Na noite seguinte, o espectáculo foi preenchido exclusivamente pelo grupo de Trás-os-Montes, voltando «Fogo Negro» ao teatro em 15, 16, 17, 18, 19 e 20. Após três sessões de cinema educativo e de entretenimento, os elementos do já conceituado conjunto do Teatro Experimental representou com inteiro agrado a peça «O Burguês Fidalgo», de Molière, nas noites de 24, 25 e 26. Finalmente, o Minho colorido e exuberante teve no grupo de Santa Marta de Portuzelo, dos mais famosos de Portugal, um intérprete extraordinário, sobretudo nas incomparáveis danças regionais, e os seus três espectáculos, em 27, 28 e 29, constituíram outros tantos êxitos, sublinhados pelo público com inequívocas manifestações de agrado.

INAUGURAÇÃO DA FEIRA
DE BENEFICÊNCIA
D A E S T R E L A
—ENTIDADES OFICIAIS,
PRESENTES AO ACTO



INAUGURAÇÃO
DO PARQUE INFANTIL DO
JARDIM DA ESTRELA—
A PRESIDENCIA E VERAÇÃO
JUNTO DE UM GRUPO
DE CRIANÇAS





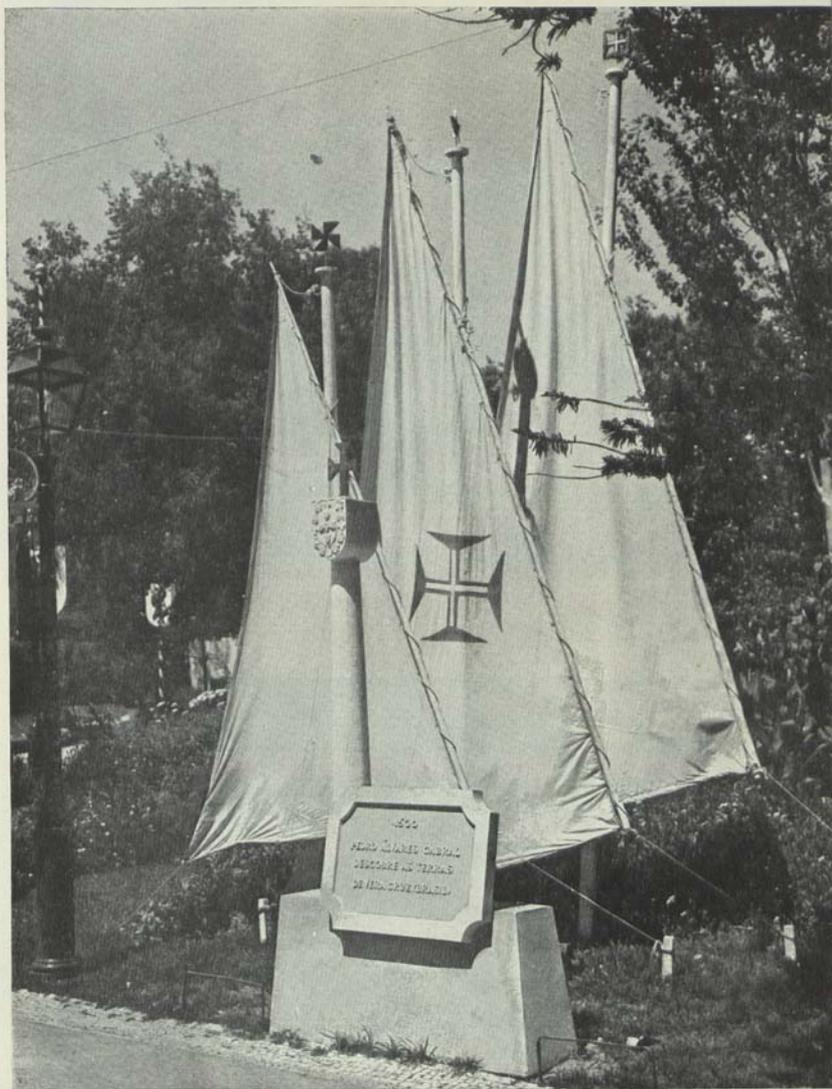
O SR. VICE-PRESIDENTE DA C. M. L.,
OFERECE O TRADICIONAL MANGERICO
AO SR. EMBAIXADOR DO BRASIL,
DR. NEGRÃO DE LIMA



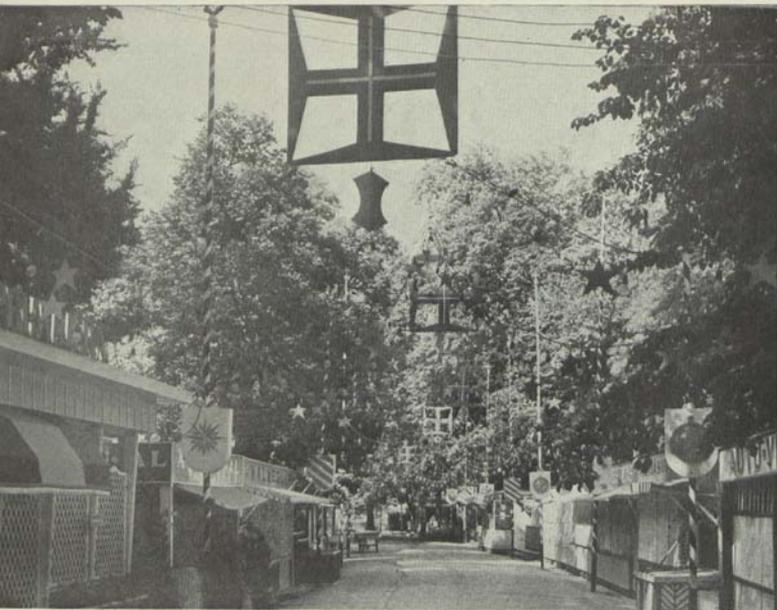
UM ASPECTO DA ASSISTÊNCIA.
NO TEATRO DA FEIRA



EXIBIÇÃO DO GRUPO FOLCLÓRICO
DE «SANTA MARTA DE PORTUZÉLO»
NO TEATRO DA FEIRA DO JARDIM DA ESTRELA



MOTIVOS DECORATIVOS EVOCANDO DATAS E FIGURAS DOS DESCOBRIMENTOS

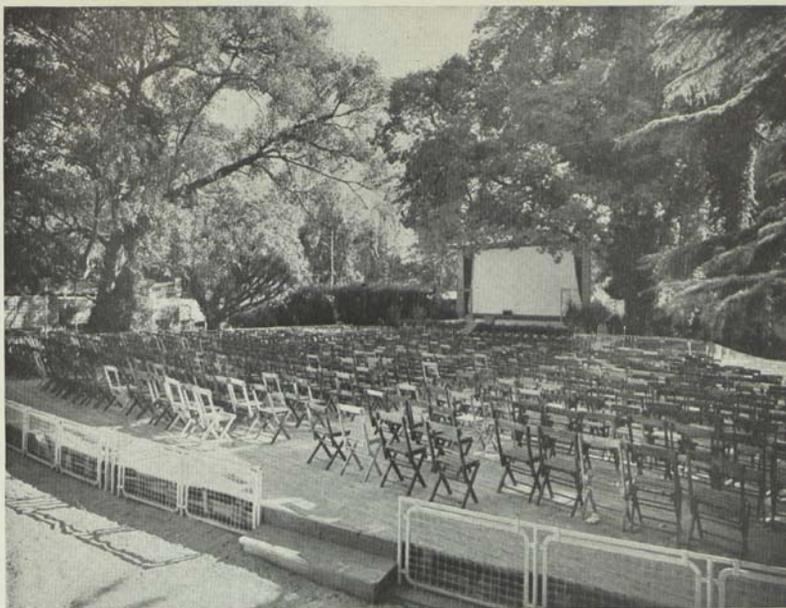


ASPECTO DUMA DAS RUAS
LADADAS DE STANDS
COMERCIAIS

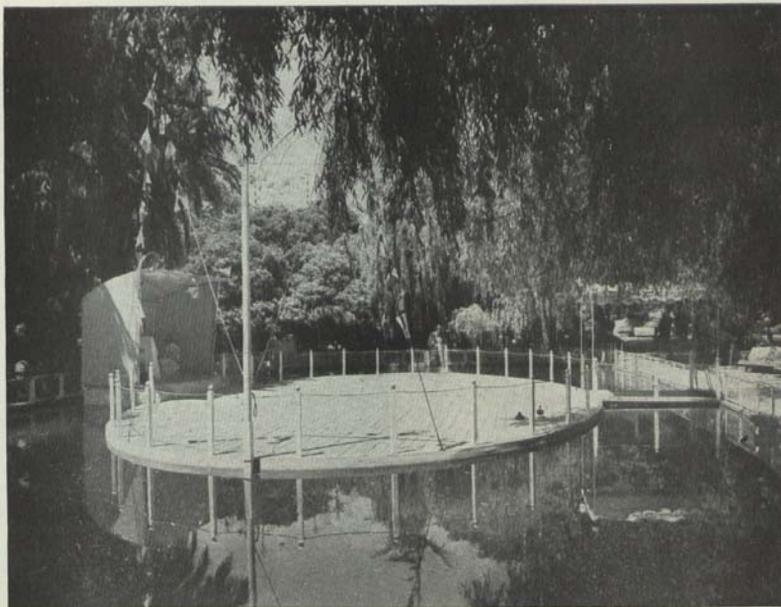


DECORAÇÃO DA RUA
PRINCIPAL DO JARDIM

RECINTO DOS
ESPECTACULOS AO AR LIVRE



UMA PISTA PARA DANÇA
SOBRE UM DOS LAGOS

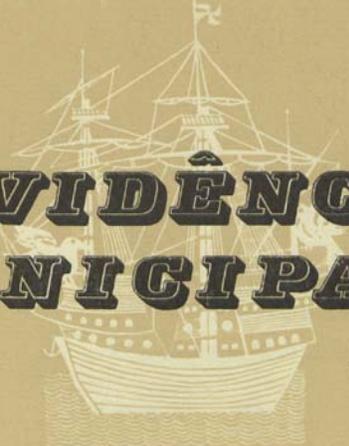




ASPECTO DA ENTRADA PRINCIPAL
COM O MOTIVO DECORATIVO
DA CRUZ DE CRISTO, VENDO-SE O
STAND CONSTRUÍDO PELA COMISSÃO
DO ANO MUNDIAL DO REFUGIADO

RECANTO DOS
SANTOS POPULARES





PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

*Posturas, Regulamentos
e Editais
Deliberações e Despachos*

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1960

POSTURAS, REGULAMENTOS E EDITAIS

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1960

De 22/6—Regulamento Geral das Canalizações de Esgoto da Cidade de Lisboa.

* Venda de aves mortas na Cidade de Lisboa.

* Nova redacção do n.º 3.º do artigo 5.º da deliberação de 16 de Maio de 1950—Edital de 28 de Abril do mesmo ano (Inscrição de porteiros).

EDITAIS

De 12/5—N.º 89/60—Faz público que a praceta designada por Rua A, do bairro de casas económicas do Vale Escuro, ingressou na Rua Teixeira Pinto e tomou esta denominação.

De 15/6—Faz público que foram atribuídas denominações a várias vias públicas do bairro residencial da Encosta do Restelo.

DELIBERAÇÕES E DESPACHOS DE EXECUÇÃO PERMANENTE

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1960

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

De 13/4—Aprovando a Conta da Gerência do ano de 1959.

* Aprovando o projecto da obra de «Abertura da II Circular (entre a Estrada da Luz e o Campo Grande)».

De 18/5—Aprovando o projecto da «Canalização da Ribeira de Alcântara entre a Travessa de São Domingos de Benfica e a Estrada do Calhariz».

De 22/6—Aceitando a doação do gabinete do antigo ministro das Obras Públicas e presidente da Câmara, Eng.º Duarte Pacheco, para se instituir junto do Museu da Cidade ou outro local próprio, a sala Duarte Pacheco.

* Resolvendo aplicar ao pessoal da Câmara, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 43.003, de 3 de Junho de 1960, o disposto no Decreto-Lei n.º 42.947, de 27 de Abril de 1960, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do corrente ano.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA PUBLICADOS NO «DIÁRIO MUNICIPAL»

N.º 7.520, de 22/4—*Despacho n.º 74, de 18/4*—Delega no Director dos Serviços Técnico-Especiais a correspondência com determinadas entidades.

* *Despacho n.º 75, de 18/4*—Autoriza o Director dos Serviços Técnico-Especiais a delegar no Comandante do B. S. B. a correspondência com determinados serviços e entidades.

N.º 7.555, de 2/6—*Despacho n.º 80, de 27/5*—Fixa normas para o cumprimento das determinações contidas no Capítulo XIII do Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa (projectos das edificações urbanas).

N.º 7.563, de 14/6—*Despacho n.º 83, de 11/6*—Regula, quanto a época própria, o goso da licença graciosa.



LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

*Leis, Decretos e Portarias,
Despachos, Circulares
e Ofícios. Acórdãos*

1 DE ABRIL 'A 30 DE JUNHO DE 1960

I

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DE INTERESSE MUNICIPAL

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1960

De 5/4 — *Decreto n.º 42.903* — Inclui duas rubricas na tabela anexa às instruções aprovadas pela Portaria n.º 6.065.

De 9/4 — *Decreto-Lei n.º 42.914* — Esclarece a interpretação do artigo único do Decreto-Lei n.º 41.696, de 27/6/1958, (restituição das contribuições ou impostos indevidamente cobrados). (*Diário do Governo n.º 83, I Série*).

De 11/4 — *Portaria n.º 17.666* — Aprova as normas para o funcionamento da Comissão do Plano Director da Região de Lisboa. (*Diário do Governo n.º 84, I Série* — *Rectificação ao Diário do Governo n.º 116, I Série, de 18/5*).

* *Portaria n.º 17.667* — Aprova as normas para o funcionamento do Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa. (*Diário do Governo n.º 84, I Série*).

De 12/4 — *Decreto-Lei n.º 42.919* — Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Lisboa, vários imóveis situados na Rua da Graça, em Lisboa, para prolongamento da Avenida General Roçadas até ao Largo da Graça. (*Diário do Governo n.º 85, I Série*).

Do Ministério do Interior — *Portaria de 11/4* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a alienar duas parcelas de terreno. (*Diário do Governo n.º 90, II Série, de 16/4*).

De 20/4 — *Decreto-Lei n.º 42.933* — Aprova o Código do Notariado — *Dá nova redacção à alínea a)* do artigo 68.º do Código de Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações e revoga várias disposições do Decreto n.º 17.070 e dos Decretos-Leis n.ºs 33.219 e 40.603, bem como quaisquer outros preceitos legais que contrariem as suas disposições. (*Diário do Governo n.º 92, I Série*).

De 25/4 — *Decreto-Lei n.º 42.944* — Regula as condições em que é permitida a afixação de anúncios nos automóveis pesados de passageiros de serviço público. (*Diário do Governo n.º 96, I Série*).

De 27/4 — *Decreto-Lei n.º 42.947* — Estabelece o regime da liquidação às pessoas de família a cargo dos servidores do Estado, civis e militares, dos vencimentos, salários ou quaisquer outras remunerações certas, correspondentes aos lugares que os mesmos ocuparam e em relação tanto ao mês em que se der a morte como ao mês seguinte.

* *Decreto-Lei n.º 42.951* — Estabelece as condições em que a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (Caixa Nacional de Previdência) pode aplicar os seus capitais afectos ao Fundo Permanente na aquisição e construção de imóveis destinados aos funcionários do Estado e dos corpos administrativos.

* *Decreto-Lei n.º 42.953* — Torna extensivo ao cônjuge e descendentes a cargo dos serventuários do Estado o direito à assistência na tuberculose, estabelecido no Decreto-Lei n.º 40.365. (*Diário do Governo n.º 98, I Série*).

Do Ministério das Obras Públicas—*Portaria de 27/4*—Declara a utilidade pública e a urgência da expropriação de várias parcelas necessárias para a construção do grupo escolar de Campo de Ourique, na praça da Rua Silva Carvalho, em Lisboa. (*Diário do Governo n.º 105, de 4/5*—*Diário Municipal n.º 7536, de 11/5*).

Do Ministério do Interior—*Portaria de 29/4*—Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a alienar à Cooperativa Predial Portuguesa, pelo preço de 100\$00 o metro quadrado, dois lotes de terreno na Célula B da 2.ª fase da urbanização da Encosta do Restelo. (*Diário do Governo n.º 108, de 7/5* e *Diário Municipal n.º 7543, de 19/5*).

De 28/5—*Portaria n.º 17.747*—Torna extensivo às pensões de aposentação que, no todo ou em parte, constituem encargo dos corpos administrativos, as disposições do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42.950, de 27/4/960 (revisão das pensões de aposentação, reforma e invalidez). (*Diário do Governo n.º 125, I Série*).

De 1/6—*Decreto-Lei n.º 43.000*—Modifica o regime de equiparação de habilitações a exigir normalmente, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 26.115, na nomeação para os lugares acima do Grupo T da escala geral dos funcionários do Estado, dos corpos administrativos e dos organismos para-estatais. (*Diário do Governo n.º 128, I Série*).

Do Ministério do Interior—*Portaria de 28/5*—Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a permutar vários lotes de terreno. (*Diário do Governo n.º 132, II Série*).

Do Ministério das Obras Públicas—*Portaria de 27/5*—Concede um subsídio à Câmara Municipal de Lisboa como comparticipação nos encargos com a execução dos trabalhos resultantes da transferência do Bairro da Quinta da Calçada. (*Diário do Governo n.º 133, II Série*).

Do Ministério das Obras Públicas—*Portaria de 27/5*—Concede à Câmara Municipal de Lisboa, pelo Fundo do Desemprego, uma comparticipação para a execução de trabalhos resultantes da transferência do Bairro da Quinta da Calçada. (*Diário do Governo n.º 133, II Série, de 6/6*—*Diário Municipal n.º 7568, de 21/6*).

Do Ministério do Interior—*Portaria de 28/5*—Autoriza, ao abrigo da última parte do § 3.º do artigo 358.º do Código Administrativo, a Câmara Municipal de Lisboa a adquirir um lote de terreno situado entre as Avenidas 28 de Maio e 5 de Outubro e a alienar dois talhões, situados nos Olivais a poente da Avenida Infante D. Henrique e um talhão, em Alvalade, no cruzamento das Avenidas de Roma e da Igreja. (*Diário do Governo n.º 132, II Série, de 4/6*—*Diário Municipal n.º 7563, de 14/6*).

De 3/6—*Decreto-Lei n.º 43.003*—Autoriza os corpos administrativos a aplicar aos seus serventuários as disposições do Decreto-Lei n.º 42.947, de 27/4/960, que estabelece o regime de liquidação dos vencimentos, salários ou quaisquer remunerações certas correspondente aos meses do falecimento e seguinte dos servidores do Estado, civis e militares.

* *Decreto-Lei n.º 43.004*—Transforma em cessão a título definitivo à Câmara Municipal de Lisboa a cessão a título provisório do terreno do Estado que constitui uma serventia de ligação entre a Estrada de Benfica e a propriedade denominada «Quinta das Laranjeiras» em Lisboa. (*Diário do Governo n.º 130, I Série*).

De 6/6—*Lei n.º 2.105*—Promulga disposições relativas a remunerações, acumulações e incompatibilidades dos membros dos corpos gerentes de certas empresas—Revoga o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 26.115 e o § 1.º do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 40.833, bem como todas as leis que disponham diferentemente do estabelecido na presente lei. (*Diário do Governo n.º 132, I Série*).

Do Ministério das Obras Públicas—*Portaria de 6/6*—Declara a utilidade pública e a urgência da expropriação de uma parcela necessária à realização da obra de construção da Praça de Sete Rios e prolongamento das Avenidas 28 de Maio e Columbano Bordalo Pinheiro. (*Diário do Governo n.º 137, II Série*—*Diário Municipal n.º 7571, de 24/6*).

De 28/6—*Decreto-Lei n.º 43.033*—Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo à Câmara Municipal de Lisboa um prédio situado na Rua da Cruz a Alcântara, em Lisboa, com destino ao arranjo urbanístico do local. (*Diário do Governo n.º 148, I Série*—*Diário Municipal n.º 7585, de 11/7*).

Do Ministério do Interior—*Portaria de 22/6*—Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a alienar duas parcelas de terreno com a área de 150^m e 186^m,60, respectivamente, a Maria Gaudêncio da Silva Afonso e Pompeu Braga Soares Fortunato. (*Diário do Governo n.º 149, II Série, de 28/6*—*Diário Municipal n.º 7585, de 11/7*).

II

DESPACHOS, CIRCULARES E OFÍCIOS EMANADOS DO GOVERNO

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1960

2) — CIRCULARES

A) DA DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL

De 1/4—N.º 21/60, P.º Z-1/46, Livro 25-A, 2.ª Repartição—Tendo-se verificado que as certidões das actas das reuniões das câmaras municipais, contendo deliberações sobre outorga de poderes forenses aos respectivos presidentes, frequentemente não mencionam que a acta tenha sido aprovada, chama a atenção dos referidos corpos administrativos para a necessidade de se fazer constar daquelas certidões a reunião em que se verificou a aprovação nos termos do artigo 354.º ou do seu § único, do Código Administrativo, a fim de que as aludidas deliberações possam considerar-se executórias, conforme o disposto no artigo 355.º do mesmo Código.

De 7/4—N.º 22/60, P.º Z-1/46, Livro 25-A, 2.ª Repartição—Reportando-se à Circular n.º 21/60, com as referências à margem, de 1 do corrente, transmite às câmaras municipais que onde na mesma Circular se lê: «nos termos do artigo 354.º ou do seu § único, do Código Administrativo», deverá ler-se: «nos termos do artigo 354.º ou do seu § 1.º, do Código Administrativo».

De 9/4—N.º 24/60, P.º T-4/1, Livro 25-A, 2.ª Repartição—Pretende o Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau, Sardinha, Arrasto e Baleia realizar um inquérito geral destinado aos estudos sobre comercialização do peixe em Portugal e, para o efeito, solicitou a este Ministério a colaboração das câmaras municipais.

Por despacho de 7 do corrente, manifestou S. Ex.ª o Ministro do Interior o maior interesse em que os referidos corpos administrativos e, designadamente, os chefes das respectivas secretarias prestem ao mencionado Grémio a colaboração que este vier a solicitar-lhes, nomeadamente no que se refere às respostas a dar ao questionário que lhes será oportunamente enviado.

Eis o que, de harmonia com o aludido despacho, recomenda às câmaras municipais.

De 9/4—N.º 23/60, P.º D-6/3, Livro 25-A, 2.ª Repartição—Para os devidos efeitos transmite às câmaras municipais que a 1.ª Repartição da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, ouvida sobre dúvidas suscitadas acerca da liquidação do imposto do selo respeitante a alguns papéis e actos relacionados com o serviço do notariado privativo dos aludidos corpos administrativos, se pronunciou nos termos do seguinte parecer, que mereceu a concordância de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento, por despacho de 1 do corrente:

«I—Quanto aos documentos arquivados pelo Notário Privativo:

Preceitua o artigo 89.º da Tabela Geral do Imposto do Selo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21.916, de 28 de Novembro de 1932, que os documentos que sejam apresentados em quaisquer cartórios para aí ficarem arquivados ficam sujeitos à taxa de 5\$00, por cada meia folha, ali estabelecida.

Nesta conformidade, tratando-se de documentos entregues pelas partes intervenientes dos diversos actos lavrados pelos notários privativos das câmaras municipais para ali ficarem arquivados, parece que importa concluir que devem ser selados de harmonia com o estabelecido no citado artigo 89.º da Tabela, visto que, em tal hipótese, se trata de documentos arquivados por notário «no respectivo cartório privativo».

II—Certidões de deliberações, plantas e outros documentos entregues pelas câmaras municipais aos respectivos notários privativos:

Tratando-se porém, de documentos ou papéis passados pelas câmaras municipais, tais como certidões de deliberações, plantas, etc., por elas entregues aos respectivos notários privativos para que os archive, afigura-se que os mesmos deverão considerar-se isentos do selo do referido artigo 89.º da Tabela, por se considerarem abrangidos pela verba XIV do Capítulo «Outras isenções» anexas à referida Tabela.

Mas se os documentos entregues não forem passados pelas próprias câmaras mas por outra entidade a quem tenham sido solicitados será então, ao que se julga, devido já o aludido selo do artigo 89.º da Tabela.

III — Selo a liquidar nas escrituras de simples transferência de responsabilidade, sem menção de valor:

...S. Ex.^a o Subsecretário de Estado das Finanças, por seu despacho de 12 de Julho de 1948, dignou-se sancionar a doutrina estabelecida no sentido de se considerar passível do selo do artigo 94.º da Tabela a transferência de responsabilidade, visto que este acto constitui um novo aval correspondente a uma nova fiança, de que é devido imposto.

Própriamente quanto aos casos em que as escrituras de simples transferência de responsabilidade não mencionam o valor desta, afigura-se que será de observar o disposto no artigo 266.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 12.700, de 20 de Novembro de 1926, onde se estabelece:

«Nos contratos em que não seja determinado o valor da fiança o selo proporcional referido no artigo 93.º-A da Tabela (hoje 94.º) será pago em relação ao valor que por declaração das partes for arbitrado no respectivo contrato, ou no acto em que possa tornar-se conhecido esse valor, ou por arbitramento que constará do respectivo contrato entre o fiador e o afiançado.»

Parece, pois, que nas escrituras de que se trata, além do selo do artigo 93.º acrescerá o do artigo 94.º, ambos da Tabela, observando-se na liquidação deste último o disposto no transcrito artigo 266.º do Regulamento.

IV — Contratos de fornecimentos por particulares, feitos pelos corpos administrativos:

...tendo-se apreciado o assunto da incidência de selo nos contratos de fornecimentos feitos por particulares a uma câmara municipal, foi mandada aplicar a doutrina que dimana do despacho de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado das Finanças de 27 de Agosto de 1954, no processo n.º 39/7, Livro 14-S/725, onde ficou esclarecido que

«... são passíveis do selo do artigo 61.º da Tabela em vigor os contratos de fornecimentos realizados por ajuste particular (contrato directo) tributando-se os que forem precedidos de *concurso público* ou *limitado*, pelo artigo 23.º da mesma Tabela.»

Esta doutrina foi confirmada pela Circular n.º 417, Série A, de 25 de Março de 1959, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

V — Venda de terrenos a particulares:

De harmonia com o artigo 50.º da Tabela, as operações de compra e venda ou cessão onerosa de bens ou direitos mobiliários ou imobiliários, por escrito particular ou por escritura ou instrumento com intervenção de notários ou secretários das câmaras municipais são passíveis além do selo de 2.º/100, ali estabelecido, do dos artigos 92.º, 93.º e 100.º, um ou outro, conforme a natureza do título...

De 20/4—N.º 26/60, P.º Z-1/2, Livro 25-A, 2.ª Repartição — Teve esta Direcção-Geral conhecimento de que algumas câmaras municipais exigem dos doentes pobres e indigentes, a favor dos quais emitem guia de responsabilidade para tratamento hospitalar, o pagamento das importâncias correspondentes ao escalão de porcionista em que, em face do respectivo inquérito assistencial, são classificadas, chegando algumas a condicionar a passagem das aludidas guias à prévia entrega, pelos interessados, de verbas variáveis.

Outros municípios houve que, após receberem dos estabelecimentos hospitalares a conta da despesa que, nos termos do § 1.º do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 39.805, de 4 de Setembro de 1954, lhes cabe suportar nos encargos de internamento de doentes munidos de guia municipal, exigiram destes a entrega nos cofres camarários das importâncias que lhes foram debitadas, e são da sua exclusiva responsabilidade.

Também já se verificou a emissão de guia em benefício de indivíduos que não podem considerar-se pobres nem, conseqüentemente, indigentes, com o fim de lhes tornar aplicável o regime assistencial mais favorável que vigora para os porcionistas.

Porque estes procedimentos são manifestamente ilegais, podendo o que em último lugar se indica afectar as receitas dos estabelecimentos hospitalares, rogo a V. Ex.^a se digne esclarecer as câmaras municipais desse distrito do seguinte:

a) A responsabilidade municipal por encargos de internamento é fixa e corresponde às percentagens estabelecidas no § 1.º do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 39.805, de 4 de Setembro de 1954, calculadas sobre o preço das diárias e com relação ao número de dias por que se mantenha a hospitalização;

b) Em caso algum é lícito às câmaras municipais cobrarem dos doentes quaisquer importâncias, dado que, mesmo quando ao assistido se reconheça responsabilidade por parte das despesas que o seu internamento origine, a percentagem com que, de harmonia com o escalão de porcionista em que for classificado, tiver de participar em tais despesas, é sempre devida aos estabelecimentos hospitalares, aos quais exclusivamente compete a sua arrecadação;

c) A emissão de guias a favor de doentes que não possam considerar-se pobres (porcionistas), quando não resulte de simples erro, constitui verdadeira fraude à lei, e não desonera a Câmara da responsabilidade assumida, visto não lhe ser possível exigir dos doentes beneficiados a importância que lhe for debitada;

d) Mesmo quando o procedimento referido na alínea anterior resulte de erro, provocado por deficientes informações obtidas quando da realização do inquérito assistencial, a Câmara será responsável, conforme se esclareceu já na Circular n.º Z-1/2, Livro 21-A, de 26 de Abril de 1958.

As considerações precedentes não brigam — é evidente — com o reconhecimento por parte desta Direcção-Geral das graves dificuldades de muitas câmaras municipais — mesmo, por vezes, quando autorizadas a lançar derrame nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 39.805, de 4 de Setembro de 1954 — para suportar a responsabilidade que, neste aspecto, lhes tem sido exigida.

De 10/5 — N.º 30/60, P.º Z-1/39, Livro 25-A, 2.ª Repartição — Pela Circular n.º O-2/34, de 28 de Agosto último, chamou esta Direcção-Geral a atenção para o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42.046, de 23 de Dezembro de 1958, que tornou extensivo ao pessoal dos corpos administrativos o disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 26.115, de 23 de Novembro de 1935, segundo o qual a nomeação para os lugares da escala geral do funcionalismo do Estado acima do grupo T (actuais ordenados de 1.600\$00), se não for exigível curso especial, não poderá recair em indivíduos que não possuam a habilitação mínima do 2.º ciclo dos liceus, ou equiparada.

Suscitaram-se, porém, dúvidas quanto ao âmbito da aplicação da nova disposição legal ao pessoal de carteira dos Serviços Municipalizados, designadamente, quanto à admissão a concursos de promoção à categoria imediata dos serventuários admitidos posteriormente a 1 de Janeiro de 1936, sem aquelas habilitações, por se haver entendido que aos concursos para lugares de ingresso nos quadros do pessoal maior (pessoal de carteira) dos Serviços Municipalizados poderiam ser admitidos candidatos que possuíssem, apenas o 1.º ciclo dos liceus ou o curso elementar das escolas comerciais.

Submetido o assunto à alta consideração do Conselho de Ministros, foi, em 21 de Abril último, proferido o seguinte despacho:

«O Conselho de Ministros considera que o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42.046, de 23 de Dezembro de 1958, é aplicável aos funcionários dos Serviços Municipalizados das câmaras municipais, que no entanto poderão ser promovidos a lugares superiores aos do grupo T, independentemente das habilitações mínimas exigidas na 1.ª parte do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 26.115, de 23 de Novembro de 1935, quando hajam sido admitidos anteriormente à data da publicação do referido Decreto-Lei n.º 42.046.»

Nestes termos, quanto ao preenchimento dos lugares de ingresso ou de acesso nos quadros do pessoal de carteira, deverá observar-se o seguinte:

Proveniente de lugares de ingresso:

Só poderão ser admitidos a concursos os candidatos que possuam, pelo menos, o 2.º ciclo dos liceus, ou habilitação julgada equivalente, nos termos legais.

Admissão a concursos de promoção:

Poderão ser admitidos os funcionários da classe imediatamente inferior, com, pelo menos, dois anos de bom e efectivo serviço na aludida classe, independentemente das habilitações acima referidas, desde que tenham ingressado no quadro anteriormente à publicação do Decreto-Lei n.º 42.046, de 23 de Dezembro de 1958.

De 3/6 — N.º 34/60, P.º Z-1/87, Livro 25-A, 2.ª Repartição — Para devida observância por parte das câmaras municipais e para que dêem conhecimento ao público, pelos meios ao seu alcance, das medidas que vão ser adoptadas com o fim de impedir a circulação de veículos cujos aros não obedeçam às condições legais, evitando-se, assim, o recurso à aplicação de sanções contra os infractores, transmite o seguinte ofício enviado a esta Direcção-Geral pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres:

«Largura mínima dos aros dos rodados de veículos de tracção animal:

O n.º 8 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 39.672, de 20 de Maio de 1954 (Código da Estrada) estabelece a largura mínima dos aros metálicos das rodas dos veículos de tracção animal, que são aliás as mesmas que já se encontravam fixadas na alínea b) do artigo 20.º do Código da Estrada anterior, aprovado pelo Decreto n.º 18.406, de 31 de Maio de 1930.

Por seu turno, esta última disposição concretizava, para os diversos tipos de veículos de tracção animal, as dimensões das larguras mínimas do aro dos rodados em contacto com o solo a que aludia o artigo 2.º do Código da Estrada de 1928, aprovado pelo Decreto n.º 15.536.

Há por conseguinte mais de 30 anos que se arrasta a tentativa do cumprimento de uma disposição legal relativa a um pequeno aumento de largura no aro dos rodados dos veículos, com a finalidade de evitar os graves inconvenientes que resultam da sua adopção na danificação dos pavimentos das estradas, em especial das de revestimento betuminoso.

Sempre, porém, que se intensifica a fiscalização do cumprimento daquela disposição legal, verifica-se grande reacção dos proprietários dos veículos que acabam sempre por conseguir o patrocínio, para as suas reclamações, das respectivas câmaras municipais e dos próprios Governos Cívicos.

Não se desconhece, é certo, que se trata do meio de transporte, mais vulgarizado e acessível, dos pequenos proprietários de meios rurais em que é dura a luta pela vida, mas julga-se que—decorrido tão longo período—alguma coisa mais se poderia ter conseguido nesta matéria, uma vez que entretanto deverão ter sido fabricados ou reconstruídos muitos veículos de tracção animal cujos rodados continuam a não satisfazer às prescrições legais.

Sendo indispensável sair desta situação, permito-me sugerir a V. Ex.ª que se providencie no sentido das câmaras municipais não autorizarem, de futuro, a matrícula de veículos de tracção animal providos de rodados cujas dimensões não satisfaçam às prescrições estabelecidas, visto a lei não permitir a sua circulação.

Da Direcção-Geral de Administração Política e Civil—N.º Z-1/27, de 9/6—Com a publicação do Decreto-Lei n.º 42.953, de 27 de Abril último, foi tornado extensivo aos cônjuges e descendentes a cargo dos servidores do Estado o regime de assistência na tuberculose estabelecido para estes pelo Decreto-Lei n.º 40.365, de 29 de Outubro de 1955. De harmonia com o que me foi solicitado pelo Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, cumpre-me transmitir, para conhecimento dos Governos Cívicos, das Administrações de bairro e dos corpos administrativos, aos quais o benefício em causa se tornou aplicável, por força do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43.003, de 3 do mês em curso, os seguintes esclarecimentos: 1.º—De futuro, todos os requerimentos de assistência para familiares dos funcionários deverão ser acompanhados dos documentos comprovativos dos requisitos enunciados nos artigos 3.º e 4.º do primeiro dos mencionados decretos-leis. Facilitar-se-á, deste modo, a conclusão dos respectivos processos, com a vantagem decorrente de, mais cedo, os doentes passarem a ser assistidos; 2.º—No que respeita ao rastreio radiológico e tuberculínico, a que se refere o § 1.º do artigo 1.º do mesmo diploma, encontra-se em estudo o respectivo plano, a submeter à apreciação superior, depois do que serão dadas, pelo referido Instituto, as necessárias instruções. (*Diário Municipal n.º 7.575, de 29/6*).

Da Direcção-Geral da Contabilidade Pública—N.º 449, Série A, de 4/4—Assunto: *Rendas de casa*—Entidade a favor da qual deve ser processada quando, por falecimento do proprietário, tenha sido apresentada apenas cópia do testamento.

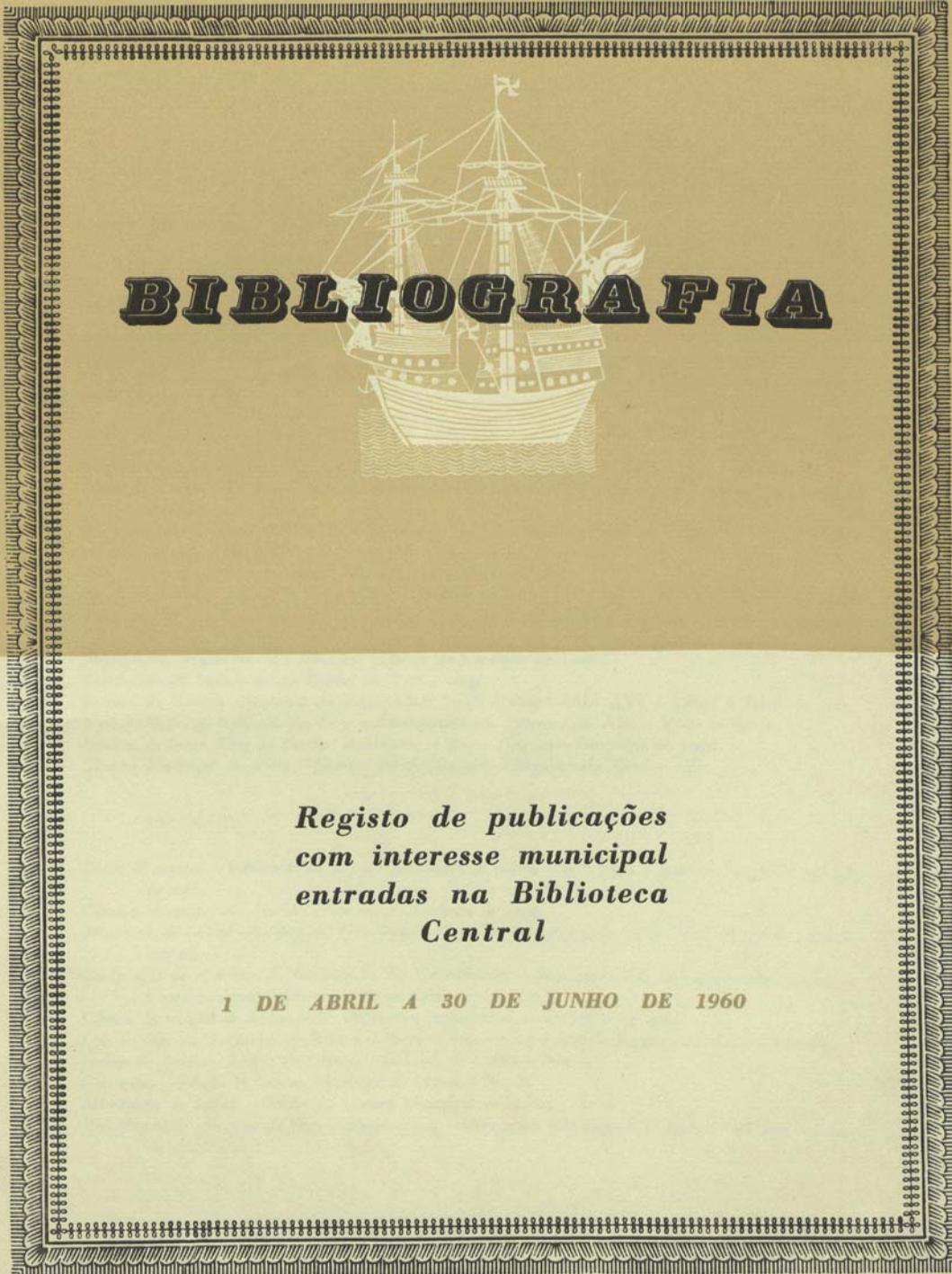
Resolução:—A que consta do seguinte parecer, sancionado por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento de 30 de Março último, que se transcreve:

- a) A prova de propriedade deve fazer-se através de certidão de registo predial;
 - b) Até que se disponha desse documento e para recebimento de rendas, deve fazer-se o processamento a favor dos herdeiros do falecido, funcionando a procuração passada pelo extinto;
 - c) É da máxima vantagem conseguir quanto antes que as rendas se paguem ao actual proprietário.
- (Proc. 1.869/60). (*Diário Municipal n.º 7.532, de 6/5*).

* N.º 450, Série A, de 11/5—Assunto: *Caixa Geral de Aposentações*—Cálculo da quota a descontar aos assalariados.

Resolução:—S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento, por despacho de 29 de Abril, p. p., dignou-se concordar, depois de obtido parecer favorável da Repartição do Cadastro da Caixa Nacional de Previdência, com a seguinte maneira de proceder:—Não deve ser alterada, mesmo nos anos bissextos, a fórmula de cálculo da quota para a Caixa Geral de Aposentações, a que se refere a circular desta Direcção-Geral n.º 384, Série A, de 10 de Março de 1958. (*Diário Municipal n.º 7.560, de 8/6*).





BIBLIOGRAFIA

*Registo de publicações
com interesse municipal
entradas na Biblioteca
Central*

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1960

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1960

EM ABRIL:

- Câmara Municipal do Concelho de Manteigas*—Relatório da Gerência de 1959.
Diário Municipal—Publicação da Câmara Municipal de Lisboa—N.º 7.476 a 7.501—Ano XXV—Março de 1960.
Boletim da Faculdade de Direito (Suplemento XII)—Universidade de Coimbra—1960.
Câmara Municipal de Lisboa—Acta n.º 286—Fevereiro de 1960.
Junta da Província da Beira Baixa—Relatório da Gerência de 1959.
Anuário da Direcção-Geral de Administração Política e Civil—51.º Ano—Janeiro a Dezembro de 1958.
Ministério das Finanças—Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos—N.º 11—Novembro de 1959.
Regulamento Municipal de Edificações Urbanas no Concelho de Tavira.
Ferreira de Andrade—*Lisboa Capital do Tejo*—1959.
Boletim da Câmara Municipal do Porto—N.ºs 1.248 a 1.252—Ano XXV—Março e Abril de 1960.
Verbetes-índice de legislação dos Corpos Administrativos—Editados por Alfredo Viana de Sousa.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada—Dezembro de 1959.
Câmara Municipal de Évora—Serviços Municipalizados—Regulamento Geral—1960.

EM MAIO:

- Diário Municipal*—Publicação da Câmara Municipal de Lisboa—N.ºs 7.502 a 7.527—Ano XXV—Abril de 1960.
Câmara Municipal de Anadia—Relatório da Gerência de 1959.
Ministério da Justiça—*Código do Notariado* (Decreto-Lei n.º 42.933, de 20 de Abril de 1960)—Edição anotada—1960.
Compilação de Acórdãos do Contencioso das Contribuições e Impostos—Vol. 65.º (1957 continuação)—Coordenada por Guilherme Augusto Coelho.
Câmara Municipal de Lisboa—1.º Orçamento Suplementar ao Ordinário de 1960.
Luis de Oliveira Guimarães—«Princesa Lisboa»—Peça em 14 quadros—Separata da «Revista Municipal».
Jardins de Lisboa—Edição da Câmara Municipal de Lisboa—Postais.
Cais e Rio—Edição da Câmara Municipal de Lisboa—Postais.
Miradouros de Lisboa—Edição da Câmara Municipal de Lisboa—Postais.
VIII Exposição «Imagem da Flor»—Regulamento—Organizada pela Câmara Municipal de Lisboa—Junho de 1960.

- X *Exposição Nacional de Floricultura*—Regulamento—Organizada pela Câmara Municipal de Lisboa—Junho de 1960.
- Construção de pavimentos e esgotos em diversos locais* («Diário Municipal») n.º 7.465—Câmara Municipal de Lisboa—1960.
- Conservação de pavimentos e esgotos da Cidade de Lisboa* («Diário Municipal») n.º 7.471—Câmara Municipal de Lisboa—1960.
- Reconstrução de pavimentos e esgotos em diversos locais* («Diário Municipal») n.º 7.468—Câmara Municipal de Lisboa—1960.
- Câmara Municipal de Lisboa*—Acta n.º 287—Março de 1960.
- Câmara Municipal de Loures*—Regulamento de Trânsito.
- Ministério das Finanças*—Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos—N.º 12—Dezembro de 1959 e os n.ºs 13/14 de Janeiro-Fevereiro de 1960.
- O Concelho de Santo Tirso*—Boletim Cultural n.º 1—Vol. VII—Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso—1960.
- Olisipo*—Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»—N.º 90—Ano XXIII—Abril de 1960.
- Augusto Ferreira*—Pasteurização do Leite e Funcionamento da Central Pasteurizadora de Lisboa—sep. Boletim da Câmara Municipal do Porto—N.ºs 1.253 a 1.256—Abril e Maio de 1960.
- Câmara Municipal do Porto*—Regime Regulamentar de Obras Particulares (Segundo o Edital de 29/1/1929)—1960.
- Câmara Municipal de Lousã*—Regulamento Municipal de Edificações Urbanas do Concelho da Lousã—Ano de 1960.
- Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*—Boletim n.º 9—Setembro de 1959.

EM JUNHO:

- Câmara Municipal de Portimão*—Relatório da Gerência de 1958.
- Câmara Municipal de Portimão*—Relatório da Gerência de 1959.
- Câmara Municipal de Lisboa*—Urbanização dos Olivais—Célula A—Exposição dos planos—Maio de 1960.
- Ferreira de Andrade*—*Janelas de Lisboa*—Edição da Câmara Municipal de Lisboa.
- Vascelos e Sá* (em colaboração)—«Lisbon and its charm»—Edição da Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa*—Acta n.º 288—Abril de 1960.
- Câmara Municipal de Esposende*—Serviços Municipalizados—Relatório do ano de 1959.
- Diário Municipal*—N.ºs 7.528 a 7.553—Ano XXV—Maio de 1960.
- Supremo Tribunal Administrativo*—Tribunal Pleno—Colecção de Acórdãos—Vol. IX (1956-1957).
- Ministério das Finanças*—Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos—N.º 15—Março de 1960.
- Arquivo do Distrito de Aveiro*—N.º 98—Abril, Maio e Junho de 1959.
- Câmara Municipal de Vila do Conde*—Serviços Municipalizados—Relatório de 1959.
- Câmara Municipal de Évora*—Serviços Municipalizados—Relatório e Contas de 1959.
- Câmara Municipal do Concelho de Loures*—Relatório da Gerência de 1959.
- Ministério das Obras Públicas*—Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa—Discurso do Ministro das Obras Públicas—Janeiro de 1960.
- Câmara Municipal do Porto*—Serviço de Transportes Colectivos do Porto—Relatório e Contas de 1959.
- Câmara Municipal do Porto*—Relatório e Contas da Gerência de 1959.
- Boletim da Câmara Municipal do Porto*—N.ºs 1.257 a 1.280—Ano XXV—Maio e Junho de 1960.
- Serviços Municipalizados de Água e Electricidade da Câmara Municipal de Valongo*—Relatório e Contas de 1959.
- Albano Cunha*—Jurisprudência das Relações—Acórdãos das Relações de Lisboa, Porto e Coimbra—Tomo III—Ano 5.º—1959.
- Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*—Boletim n.º 10—Outubro de 1959.

REVISTAS:

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

N.º 92, 93 e 94 — Janeiro, Fevereiro e Março de 1960.

O DIREITO:

Ano 92.º — Fascículo n.º 1 — Janeiro-Março de 1960.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Tomo III — N.º 5 e 6 — 1959.

REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS:

Vols. III-IV — Ano 19.º — 3.º e 4.º trimestre de 1959.

REVISTA DO NOTARIADO E REGISTO PREDIAL:

Ano 33.º — N.º 3 e 4 — Março e Abril de 1960.



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRAFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

